

Revita
Engenharia S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Revita Engenharia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Revita Engenharia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas” item 2, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Revita Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Revita Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalvas

1. Conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 apresentam no ativo circulante, contas a receber de clientes, nos montantes de R\$ 121.270 mil e R\$ 331.019 mil, respectivamente (R\$ 144.082 mil e R\$ 331.702 mil, respectivamente em 2016), dos quais R\$ 37.538 mil, de clientes públicos, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não possuíam expectativa de recebimento (R\$ 28.888 mil em 2016). Conseqüentemente, o ativo circulante, individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017, está apresentado a maior em R\$ 37.538 mil (R\$ 28.888 mil em 31 de dezembro de 2016), respectivamente e o prejuízo do exercício, individual e consolidado, a menor em R\$ 5.709 mil (R\$ 5.259 mil do exercício findo em 31 de dezembro de 2016), respectivamente, líquidos dos efeitos tributários.
2. Conforme nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contabilizou um aumento do capital social com dividendos, mútuos a pagar e contas a pagar nos montantes de R\$ 34.163 mil, R\$ 25.385 mil e R\$ 2.256 mil, respectivamente, totalizando R\$ 61.804 mil, todavia, os respectivos atos societários não estavam devidamente registrados na Junta Comercial. Em decorrência desse assunto, em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de capital social estava apresentada a maior em R\$ 61.804 mil, a de dividendos a pagar, mútuos a pagar e contas a pagar a menor em R\$ 34.163 mil, R\$ 25.385 mil e R\$ 2.256 mil, respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases

1. Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia e sua controlada Guamá Tratamento de Resíduos Ltda., respectivamente, foram denunciadas pelo Ministério Público do Estado do Pará na Operação denominada Gramacho, onde se investiga o suposto crime ambiental ocorrido em janeiro de 2017 na Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos – CPTR Marituba (Aterro). Os assessores jurídicos da Companhia e de sua controlada entendem, também com base em laudos de especialistas em meio ambiente e saúde contratados, que tais denúncias carecem de sustentação probatória, portanto, não foi constituída provisão contábil para fazer face a esse assunto. Eventuais desdobramentos futuros desfavoráveis à Companhia poderão afetar adversamente suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.
2. Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a controlada Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de limpeza pública para o agrupamento noroeste do município de São Paulo. O contrato de prestação de serviços original encerrou-se em 16 de dezembro de 2016 e foi prorrogado por mais um período, finalizando-se de forma definitiva em 14 de dezembro de 2017. Em 15 de dezembro de 2017, a controlada firmou o contrato de prestação de serviços



em caráter emergencial junto à Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo. O prazo de vigência desse contrato é de 180 dias corridos contados a partir de 16 de dezembro de 2017. Como parte do plano da sua continuidade operacional, a controlada considerou a sua participação no processo de licitação para Concessão Pública da Prefeitura do Município de São Paulo e caso não saia vencedora dessa licitação planeja encerrar suas atividades. Nossa opinião não está sendo modificada em relação a esse assunto.

3. Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a controlada SBC Valorização de Resíduos Ltda. tem como objeto social o manejo e gestão dos resíduos sólidos do município de São Bernardo do Campo - SP. O contrato de prestação de serviços original foi rescindido amigavelmente e de forma antecipada, mediante ao Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual datado de 05 de julho de 2017, nesse mesmo Instrumento ficou acordado que a controlada prestaria o serviço por até 180 dias. Em 26 de dezembro de 2017 foi prorrogado o Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual para mais 180 dias a contar de 01 de janeiro de 2018. Até 31 de dezembro de 2017 não houve o encerramento definitivo do contrato, e a SBC manterá a prestação dos serviços até que as partes concluem o processo. Nossa opinião não está sendo modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisão para urbanização de aterro sanitário registrada na controlada Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.

Veja as notas explicativas **6 (k) e 20 (b)** das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Como consequência das suas operações, e visando a minimização dos impactos do aterro, a controlada Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. (Battre) incorre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento de aterro sanitário, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento	Nossos procedimentos de auditoria na controlada Battre incluíram, dentre outros: (i) Avaliação do desenho dos controles internos chave existentes no processo de reconhecimento e mensuração da provisão para urbanização de aterro sanitário. (ii) Análise da razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas

<p>ambiental realizado, para as obrigações de fechamento como, por exemplo, tipo de cobertura final e demolição de instalações utilizadas quando da operação do aterro, para as atividades a serem realizadas após e determinadas premissas econômicas como custo do tratamento de percolado, custo de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás e manutenção da infraestrutura existente.</p> <p>Devido à relevância da provisão para urbanização de aterro sanitário e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.</p>	<p>adotadas e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente.</p> <p>(iii) Conferência aritmética dos cálculos das estimativas, inclusive confrontando com as informações contábeis e relatórios gerenciais.</p> <p>(iv) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo da provisão para urbanização do aterro sanitário, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>
---	---

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são



consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa



independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Wagner Petelin', written over a light blue horizontal line.

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

	Notas explicativas	Controladora			Consolidado		
		2017	2016	01/01/2016	2017	2016	01/01/2016
			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	11	2.042	13.617	5.451	64.962	80.473	41.009
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	3.534	-	-
Contas a receber de clientes	12	121.270	144.082	147.219	331.019	331.702	333.135
Estoques		3.222	3.303	3.455	9.725	10.681	11.625
Dividendos a receber	13	181.040	107.151	57.879	124.129	45.498	21.821
Impostos a recuperar		13.152	14.959	17.012	33.218	28.274	31.177
Outras contas a receber		1.687	2.239	2.075	8.255	5.178	5.238
Aporte numerário em consórcios		2.839	2.032	1.347	2.839	2.032	1.347
Adiantamento a fornecedores		378	-	133	895	6	136
Total do ativo circulante		325.630	287.383	234.571	578.576	503.844	445.488
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo:							
Contas a receber de clientes	12	16.521	8.748	8.823	16.702	17.004	17.142
Mútuos a receber de partes relacionadas	31	173.691	138.904	149.402	146.552	120.772	78.671
Ativo financeiro		-	-	-	-	8.439	8.195
Ativo fiscal diferido	23	4.426	2.537	87	17.504	7.709	4.704
Outras contas a receber		5.823	8.649	9.246	13.066	9.049	12.959
Depósitos judiciais		15.782	2.144	1.139	18.532	5.095	3.490
Total do realizável a longo prazo		216.243	160.982	168.697	212.356	168.068	125.161
Investimentos	14	108.036	169.756	124.231	59.881	92.685	93.218
Imobilizado	15	40.940	30.034	36.667	50.415	70.286	82.728
Intangível	16	16.726	108	147	83.752	108.701	123.110
Total do ativo não circulante		381.945	360.880	329.742	406.404	439.740	424.217
TOTAL DO ATIVO		707.575	648.263	564.313	984.980	943.584	869.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas explicativas	Controladora			Consolidado		
		2017	2016	01/01/2016	2017	2016	01/01/2016
			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Fornecedores e outras contas a pagar	17	17.989	25.857	28.719	84.264	81.422	94.284
Empréstimos e financiamentos	18	75.337	20.197	59.166	106.394	55.546	137.724
Debêntures e notas promissórias	19	28.379	27.779	15.841	28.379	27.779	15.841
Salários, benefícios e encargos sociais	20	21.418	19.091	22.395	62.824	59.794	61.324
Impostos, taxas e contribuições	22	38.850	29.611	14.492	80.213	64.768	47.354
Imposto de renda e contribuição social		407	398	-	1.302	5.155	4.579
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-	-	2.153	16.076	19.732	11.510
Adiantamentos de clientes		2.932	30	-	3.527	40	-
Total do passivo circulante		185.312	122.963	142.766	382.979	314.236	372.616
NÃO CIRCULANTE							
Exigível a longo prazo:							
Fornecedores e outras contas a pagar	17	15	15	15	15	128	126
Mútuos a pagar à partes relacionadas	31	5.060	16.620	4.137	2.287	3.455	4249
Empréstimos e financiamentos	18	80.375	127.097	79.681	138.824	193.454	107.728
Debêntures	19	-	20.301	31.115	-	20.301	31.115
Passivo fiscal diferido	23	-	-	-	5.547	4.134	6.741
Parcelamentos fiscais		-	-	-	-	3.879	-
Provisões	21	9.895	6.522	3.092	83.668	32.626	22.577
Perda no investimento	14	66.581	664	-	-	-	-
Outras contas a pagar		2.730	2.730	-	-	-	-
Total do passivo não circulante		164.656	173.949	118.040	230.341	257.977	172.536
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	24	234.678	172.716	137.715	234.678	172.715	137.715
Reserva de capital		3.442	-	-	3.442	-	-
Reservas de lucros		119.815	178.963	166.253	119.815	178.964	166.253
Ajuste acumulado de conversão		(328)	(328)	(461)	(328)	(328)	(461)
Total do patrimônio líquido dos controladores		357.607	351.351	303.507	357.607	351.351	303.507
Participação dos não controladores					14.053	20.020	21.046
Total do patrimônio líquido					371.660	371.371	324.553
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		707.575	648.263	564.313	984.980	943.584	869.705

REVITA ENGENHARIA S.A.
 CNPJ: 08.623.970/0001-55
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
 (Valores expressos em milhares reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	25	258.392	269.921	1.077.803	1.139.914
Impostos incidentes sobre serviços prestados	25	(36.106)	(36.935)	(151.457)	(156.327)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		222.286	232.986	926.346	983.587
Custo dos serviços prestados	26	(169.823)	(186.212)	(733.812)	(702.273)
LUCRO BRUTO		52.463	46.774	192.534	281.314
Despesas Comerciais	27	(497)	(1.882)	(1.537)	(4.181)
Despesas administrativas	28	(23.709)	(21.642)	(94.245)	(102.042)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(19.576)	(15.089)	(56.850)	(29.923)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(13.355)	66.421	22.826	23.374
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		(57.137)	27.808	(129.806)	(112.772)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(4.674)	74.582	62.728	168.542
Receitas financeiras	30	23.145	21.711	30.106	26.642
Despesas financeiras	30	(33.656)	(43.244)	(67.555)	(77.746)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(10.511)	(21.533)	(37.449)	(51.104)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(15.185)	53.049	25.279	117.438
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	23	(4.747)	(422)	(33.471)	(41.405)
Diferido	23	783	2.451	4.239	5.612
Incentivo lucro da exploração	23	-	-	1.204	1.972
PREJUÍZO / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(19.149)	55.078	(2.749)	83.617
ATRIBUÍVEL À:					
Acionistas da Companhia				(19.149)	55.078
Participação de não controladores				16.400	28.539
				(2.749)	83.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REVITA ENGENHARIA S.A.
 CNPJ: 08.623.970/0001-55
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo / Lucro líquido do exercício	(19.149)	55.078	(2.749)	83.617
Ajustes acumulados de conversão	-	133	-	133
Resultado Abrangente da Companhia	(19.149)	55.211	(2.749)	83.750
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			(19.149)	55.211
Acionistas não controladores			16.400	28.539
Resultado abrangente total			(2.749)	83.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REVITA ENGENHARIA S.A.
CNPJ: 08.623.970/0001-55
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros					
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2016 - (anteriormente apresentados)	137.716	-	11.437	162.242	(461)	-	310.934	28.182	339.116
Impacto da retificação de erros	-	-	-	(7.427)	-	-	(7.427)	(7.136)	(14.563)
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2016 - (Reapresentado)	137.716	-	11.437	154.815	(461)	-	303.507	21.046	324.553
Aumento do capital social	35.000	-	-	-	-	-	35.000	1.338	36.338
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	55.078	55.078	28.539	83.617
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	133	-	133	-	133
Reserva legal	-	-	2.977	-	-	(2.977)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(42.367)	(42.367)	(30.903)	(73.270)
Reserva de lucros	-	-	-	9.735	-	(9.735)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (Reapresentado)	172.716	-	14.414	164.550	(328)	-	351.351	20.021	371.372
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(19.149)	(19.149)	16.400	(2.749)
Aumento do capital social	61.804	-	-	-	-	-	61.804	-	61.804
Constituição de reserva de capital	-	3.442	-	-	-	-	3.442	-	3.442
Aumento de capital social por incorporação	158	-	-	-	-	-	158	-	158
Ajustes no patrimônio líquido da investida	-	-	-	-	-	-	-	(1.424)	(1.424)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(40.000)	-	-	(40.000)	(20.943)	(60.943)
Compensação de prejuízo do exercício	-	-	-	(19.149)	-	19.149	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	234.678	3.442	14.414	105.401	(328)	-	357.607	14.053	371.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo / Lucro líquido do exercício	(19.149)	55.078	(2.749)	83.617
Itens que não afetam o caixa:				
Perda por redução do valor recuperável	-	-	17.739	-
Amortização de goodwill	6.701	4.456	12.002	8.738
Depreciação e amortização	3.551	3.903	33.412	27.499
Baixa de imobilizado e intangível	245	3.353	1.097	5.904
Equivalência patrimonial	13.355	(66.421)	(22.826)	(23.374)
Equivalência patrimonial sobre ajuste de exercícios anteriores	-	-	(5.695)	-
Provisão para recuperação operacional ambiental	-	-	34.000	-
Perda na venda de investimento	2.601	-	2.601	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, debêntures e mútuos	5.425	14.899	21.008	35.919
Encargos financeiros e variação monetária sobre obrigações fiscais	3.808	-	3.697	-
Reversão de ajustes de inventário	(15)	-	(1.998)	-
Provisão para urbanização de aterros	133	59	3.874	3.119
Provisão / (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(834)	744	(2.395)	1.466
Provisão para contingências	5.243	5.112	16.879	15.864
Imposto de renda e contribuição social	3.964	(2.029)	28.028	33.822
(Aumento) / Redução nos ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	(3.534)	-
Contas a receber de clientes	9.401	13.281	(9.916)	7.661
Partes relacionadas	(5.891)	(8.594)	758	(8.010)
Impostos a recuperar	(753)	2.053	(7.504)	2.903
Estoques	96	152	2.954	946
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	34.037	24.767	(2.640)	159
Outros créditos	3.207	608	(7.094)	4.033
Aporte de numerário em consórcios	(807)	(685)	(807)	(685)
Depósitos judiciais	(15.642)	(1.537)	(17.148)	(3.176)
Adiantamento a fornecedores	(378)	133	(889)	132
Ativo financeiro	-	-	8.439	(244)
Aumento / (Redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	2.359	(7.154)	10.792	(15.763)
Partes relacionadas	4.922	(11.967)	8.456	39.702
Salários, provisões e encargos sociais	2.317	(3.304)	3.030	(1.530)
Impostos, taxas e contribuições	9.203	15.119	9.270	17.414
Pagamento de contingências	(683)	(1.209)	(2.467)	(7.363)
Adiantamento de clientes	2.902	29	3.487	22
Outras contas a pagar	350	17	870	42
Parcelamentos fiscais	-	-	-	3.879
Caixa gerado pelas atividades operacionais	69.668	40.863	134.731	232.696
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(4.339)	(23)	(34.217)	(38.858)
Mútuos ativos - recebimento Juros	1.582	5.948	879	2.288
Mútuos passivos - juros pagos	(714)	(824)	(645)	(707)
Debêntures - juros pagos	(4.556)	(7.042)	(4.556)	(7.042)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(12.000)	(21.794)	(18.729)	(37.790)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	49.641	17.128	77.463	150.587
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Mútuos ativos - aplicação	(95.295)	(93.926)	(51.290)	(76.001)
Mútuos ativos - recebimento principal	70.219	115.015	37.291	44.469
Aquisição controle sobre investimentos	-	(1.392)	-	-
Aumento de investimento	(100)	-	-	-
Aumento decorrente à incorporação de subsidiária integral	16	-	-	-
Baixa de investimentos	-	(1.825)	-	-
Valor justo Investimentos	(37)	-	-	-
Variação cambial	-	866	(37)	999
Aquisições de imobilizado	(2.827)	(3.093)	(12.811)	(7.339)
Adição ao intangível	-	(7)	(5.418)	(7.952)
Caixa líquido aplicado nas / gerado pelas atividades de investimento	(28.024)	15.638	(32.265)	(45.824)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	-	-	-	1.338
Aumento de capital SCP	-	2.730	-	-
Mútuos passivos - captação	112.379	64.593	66.619	35.109
Mútuos passivos - pagamento principal	(85.874)	(54.071)	(31.337)	(36.516)
Notas promissórias - captação	-	6.050	-	6.050
Debêntures - pagamento principal	(19.515)	(4.888)	(19.515)	(4.888)
Empréstimos e financiamentos - captação	10.002	48.276	31.478	115.075
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(16.320)	(42.770)	(49.491)	(116.419)
Dividendos pagos	(33.864)	(44.520)	(58.463)	(65.048)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(33.192)	(24.600)	(60.709)	(65.299)
(REDUÇÃO LÍQUIDA) / AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(11.575)	8.166	(15.511)	39.464
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	13.617	5.451	80.473	41.009
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.042	13.617	64.962	80.473
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(11.575)	8.166	(15.511)	39.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Revita Engenharia S.A. (“Companhia”) foi constituída em 9 de janeiro de 2007 sob a forma de Sociedade de capital fechado, tem sede na Avenida Gonçalo Madeira, 400 - Térreo - Jaguaré - São Paulo/SP. As demonstrações financeiras do Grupo Revita abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo Revita’ e individualmente como ‘entidades do Grupo’). O Grupo Revita está envolvido primariamente em saneamento ambiental, limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos domiciliares, hospitalar, de estabelecimento de saúde, comercial e industrial, varrição, capinação, lavagem e limpeza de vias e logradouros públicos, privados e de feiras livres, bem como implantação, operação e execução de aterros sanitários e congêneres, construção, montagem e operação de usinas de tratamento, reciclagem, incineração, compostagem e trituração de resíduos, em qualquer de suas formas, como também de usinas para obtenção de fontes alternativas de energia, construção civil em geral, montagem industrial e locação.

Em 31 de dezembro de 2017, as participações do Grupo Revita em outras empresas e suas respectivas áreas de atuação são:

Controladas

- **Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. (“Battre”)** (participação direta de 100%) - prestação de serviços, mediante concessão, de destinação final de resíduos sólidos urbanos e tratamento de resíduos de serviços de saúde no Município de Salvador - BA, comercialização de créditos de carbono por meio da queima do biogás e venda de biogás para a empresa Termoverde Salvador S.A.
- **Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“Farroupilha”)** (participação direta de 100%) - sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de Farroupilha - RS para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos. Em 28 de janeiro de 2016, as partes formalizaram o encerramento do contrato de concessão de Serviços Públicos de Limpeza Urbana nº 03/2004 e foram devolvidos os ativos reversíveis ao poder concedente.
- **SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“SL Ambiental”)** (participação direta de 100%) - sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Leopoldo - RS para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos.
- **Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“Rio Grande Ambiental”)** (participação direta de 100%) - sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de Rio Grande - RS para prestação de serviços públicos relativos ao

tratamento e à destinação final de resíduos sólidos urbanos públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos.

O Ministério Público - MPE-RS propôs Ação Civil Pública visando a nulidade do contrato de concessão firmado entre Rio Grande Ambiental e a Municipalidade local, questionando especialmente a remuneração por usuário único e da fixação do prazo contratual em 20 anos, o que estaria em desacordo com o artigo 2º da Lei 8987/95 e ao artigo 57 da Lei 8666/93. Após sentença que julgou procedente a causa, foi interposto recurso de Apelação pela empresa, que foi improvido pelo 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – TJRS. Levada a discussão ao Supremo Tribunal Federal -STF, referido recurso foi conhecido, porém não foi dado o provimento. Em dezembro/2017, o Ministério Público e a RGA formalizaram acordo em 1ª instância: (i) O município de Rio Grande concordou em contratar a RGA até junho/2018, em caráter emergencial, para os serviços de transbordo, transporte e operação do aterro sanitário; (ii) para os resíduos depositados, as partes concordaram que a RGA operará o aterro sanitário até dezembro/2018, com posterior entrega ao município, observadas as condições previstas pelo órgão ambiental; (iii) em 12/12/2017 foi formalizado o “Termo de Encerramento de Prestação de Serviços” referente a serviços que foram substituídos por outras empresas. A RGA aguarda a homologação do acordo em 1ª Instância, para a posterior desistência nos tribunais superiores. A RGA continuará sua atividade de prestação de serviços locais e regionais para outros clientes.

Nas demonstrações financeiras do exercício de 2017, a controlada RGA constituiu provisão adicional no valor de R\$4.000 para tratamento de chorume conforme nota explicativa nº 21c.

- São Carlos Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda. (“São Carlos”) (participação direta de 100%) - sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Carlos - SP para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos, operação e implementação do novo aterro sanitário de resíduos sólidos.
- Guamá Tratamento de Resíduos Ltda (“Guamá”) (participação direta de 100%) - cujo a atividade é a destinação final e tratamento de resíduos, incluindo resíduos sólidos domiciliares, industriais e inertes da construção civil, além de resíduos originários de estabelecimentos de saúde; implantação e operação de aterro sanitário de resíduos e outras atividades relacionadas à destinação final e tratamento de resíduos. Prestação de serviços de tratamento e disposição de resíduos.

Operação Gramacho e seus reflexos nas demonstrações financeiras

A controlada Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá”) opera a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos - CPTR Marituba/PA. O aterro iniciou suas atividades em 2015 e oferece solução para a destinação final de resíduos domiciliares da região metropolitana de Belém/PA. O CPTR Marituba é o primeiro aterro sanitário da Região Norte e sua abertura permitiu a destinação final de resíduos anteriormente destinados ao “Lixão do Aurá”, atendendo a vigente Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em dezembro de 2017, as controladas Guamá e Revita e a controladora foram alvo de medidas cautelares, entre elas, busca e apreensão coordenada pelo Ministério Público Estadual do Pará, tendo como objeto a procura de provas de supostos crimes ambientais na operação do aterro.

As denúncias propostas pelo Ministério Público estão detalhadas na Nota Explicativa nº 32. Na opinião de nossos assessores jurídicos, bem como em laudos contratados de especialistas em meio ambiente e saúde, que concluíram que não houve a contaminação atmosférica, do solo ou da água e nem tampouco aumento nos casos de doenças, assim, tais denúncias carecem de sustentação probatória, dado que não há evidências de que problemas operacionais pontuais e isolados tenham causado danos ambientais. Desde então, a controlada indireta Guamá vem investindo no atendimento às exigências impostas pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMAS e conta, desde abril/2017, com a presença diária de três co-gestores nomeados pela Justiça Estadual local, que atuam diretamente no Aterro.

Pelas características de clima e região, a operação do Aterro traz desafios, especialmente no tratamento de chorume. O alto índice pluviométrico acarreta geração de percolado acima dos níveis médios verificados em outras regiões, o que se soma à inexistência de capacidade de tratamento em estações existentes na região. A solução, atualmente adotada pela controlada Guamá constitui-se da operação de equipamentos de osmose reversa, complementada pela remoção por meio terrestre até Pernambuco, a mais de 2.000 km de distância, elevando os custos operacionais de maneira relevante. Em paralelo, a controlada Guamá segue investindo na viabilização de solução de tratamento sustentável para o empreendimento e municípios por ela atendidos.

Nas demonstrações financeiras do exercício de 2017, a controlada Guamá constituiu provisão no valor de R\$30.000 para tratamento do excesso de chorume conforme nota explicativa nº 21c, e também *impairment* de 100% dos ativos não depreciados, no valor de R\$17.739 conforme nota explicativa nº15.

- Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda. (“Águas Claras”) (participação direta de 100%) - tratamento e destinação final de resíduos inertes originários de construção civil (entulho).
- INOVA Gestão de Serviços Urbanos S.A. (“INOVA”) (participação direta de 51%) - sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de prestação de serviços indivisíveis de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum do município de São Paulo, varrição e asseio de vias e logradouros públicos, correspondente ao denominado Agrupamento Noroeste do Município de São Paulo. O contrato de prestação de serviços original encerrou-se em 16 de dezembro de 2016 e foi prorrogado por mais um período, finalizando-se de forma definitiva em 14 de dezembro de 2017. Em 15 de dezembro de 2017, a INOVA firmou novo contrato de prestação de serviços em caráter emergencial junto à Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo. O prazo de vigência desse contrato é de 180 dias corridos contados a partir de 16 de dezembro de 2017. Como parte do plano da sua continuidade operacional, a INOVA considerou a sua participação no processo de licitação para Concessão Pública da Prefeitura do Município de São Paulo e caso não saia vencedora dessa licitação planeja continuar com suas atividades.
- Abrantes Ambiental Ltda. (“Abrantes”) (participação direta de 57,14%) - sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de promover a execução do contrato de prestação de serviços

de limpeza urbana no Município de Camaçari - BA, celebrado com a Limpec - Limpeza Pública de Camaçari.

- SBC Valorização de Resíduos Ltda. (“SBC”) - sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de promover a concessão de Parceria Público Privada para outorga do sistema integrado de manejo e gestão de resíduos sólidos no Município de São Bernardo do Campo - SP.

Em Julho de 2017 foi assinado o Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual entre a controlada e o Município de São Bernardo do Campo onde estabeleceu-se *i*) o pagamento pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo o valor de R\$74.250 (setenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta reais) em quatro datas, já realizados; *ii*) a prestação dos serviços essenciais sob o valor mensal de R\$8.250 (oito milhões, duzentos e cinquenta mil), pelo prazo de 180 dias, a contar da assinatura do instrumento, ou até a finalização de um novo processo licitatório para a contratação dos serviços (com pagamento regular até o momento); *iii*) a contratação, pelo Poder Concedente, de auditoria independente, de ilibada reputação, para avaliar os saldos devedores do contrato, trabalho que está em curso, tanto pela empresa especializada contratada pelo município, quanto pela empresa especializada contratada pela empresa, que tem por objetivo realizar o acompanhamento dos trabalhos. Até 31 de dezembro de 2017 não houve o encerramento definitivo do contrato de concessão, e a SBC mantém a prestação dos serviços até que as partes concluem o processo.

Controladas em conjunto (*Joint Venture*)

- Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (“EMTR”) (“participação direta de 27,5%, controlada em conjunto por Vital Engenharia S.A com 45% e Construtora Barbosa e Mello S.A com 27,5%) - prestação de serviços de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos urbanos na região metropolitana de Belo Horizonte-MG.
- Biotérmica Energia Ltda. (“Biotérmica”) (participação direta de 34,3%, controlada em conjunto por Solvi Valorização Energética “SVE” com 35,7% e Outros sócios com 30%) - propósito específico de implantação e exploração de usina termelétrica.
- Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda. (“BOB”) (participação direta de 51%, controlada em conjunto pelo Sr. Moises de Souza Boechat com 49%) - implantação, operação e execução de aterros sanitários, execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos domiciliares e de saúde, comerciais e industriais, no município de Belford Roxo/RJ.
- Hera Ambiental S.A. (“Hera”) (participação direta de 50%, controlada em conjunto por Hera Brasil Indústria e Comércio LTDA com os outros 50%) - implantação, operação e execução de aterros sanitários, execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos domiciliares e de saúde, comerciais e industriais no Estado da Bahia.
- Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”) (participação direta da Companhia em 51%, controlada em conjunto por Vega Engenharia Ambiental (“VEGA”) com 49%) - empresa que tem como objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de cotista ou acionista, bem como, a participação em consórcios. A VVR possui participações nas seguintes empresas:

- Logística Ambiental de São Paulo S.A. (“LOGA”) (participação direta de 62,35%) - execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Paulo para prestação de serviços de limpeza urbana no Agrupamento Noroeste, compreendendo os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares residenciais e dos serviços de saúde, além de varrição em feiras livres e mercados.
- Viasolo Engenharia Ambiental S.A. (“Viasolo”) (participação direta de 51%) - A Companhia desenvolve atividades de saneamento ambiental, execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta, transporte e tratamento de lixo domiciliar e hospitalar, varrição, capinação, lavagem e limpeza de vias e logradouros públicos e privados e de feiras livres, limpeza de bocas-de-lobo e galerias de águas pluviais. A Viasolo possui participação nas seguintes empresas:
 - Ecovia Valorização de Resíduos Ltda (“Ecovia”) (participação direta de 99%) - prestação de serviços de operação, manutenção e ampliação de aterros sanitários, usina de triagem, usina de compostagem, unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde e sistemas de biogás.
 - Resíduo Zero Ambiental S.A. (“RZA”) (participação de 60%) - A Companhia opera, principalmente, com coleta de resíduos, tratamento de resíduos orgânicos, incineração de resíduos industriais e operações e construções de aterros sanitários.
 - Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. (“Alfenas”) (participação direta de 51%, controlada em conjunto por Construtora Contorno LTDA com 49%) - sociedade constituída com o propósito específico de promover a execução do objeto especificado no contrato de concessão mantido com Prefeitura Municipal de Alfenas - MG.
- Riograndense Participações S.A. (“RioPar”) (participação direta de 70%) - participação em outras sociedades de capital aberto ou fechado. A Riograndense possui participações nas seguintes empresas:
 - CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda (“CRVR”) (participação direta de 100%) - prestação de serviços nas áreas de aterros industriais, aterros sanitários, coleta, disposição, processamento e transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos.
 - Biogás Riograndense Ltda (participação direta de 100%) - responsável pela produção, captação e comercialização de biogás destinado a geração de energia.
- **Coligada da Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”)**
 - Termoverde Salvador S.A. (“Termoverde”) (participação direta de 49%) - tem como objeto o desenvolvimento, construção, manutenção e exploração de usina termelétrica para geração de energia; comercialização de biogás e energia; geração, gestão e comercialização de créditos de carbono; elaboração de projetos, execução e operação de sistemas de captação de biogás; e prestação de serviços de operação e manutenção relacionados às suas demais atividades.

Operações controladas em conjunto (Joint Operation)

- Consórcio Porto para a Vida (“Consórcio Porto para a Vida”) (participação direta de 35%) - consórcio criado em conjunto com a Koleta Ambiental S.A. (participação direta de 65%), empresa do mesmo grupo econômico. O consórcio presta serviços de conservação, limpeza geral, varrição, recolhimento e destinação final de resíduos gerados no porto de Santos-SP.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2018.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Revita e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº14** - consolidação: determinação se o Grupo Revita detém de fato controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 12** - contas a receber de clientes - apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber;

- **Nota explicativa nº 14** - classificação de negócios em conjunto;
- **Nota explicativa nº 15 e 16** - vida útil do ativo imobilizado e intangível.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionados a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas nº 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa nº 23** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos;
- **Nota explicativa nº 15 e 16** - análise de redução ao valor recuperável.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo Revita estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo Revita usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo Revita reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

O Grupo Revita revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então O Grupo Revita analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Retificação de erro

Durante o exercício de 2017, identificou-se que às rubricas de ativo e passivo fiscal diferidos, investimentos e intangível, respectivamente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentadas como valores correspondentes nessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram apresentados erroneamente decorrente da falta de compensação entre ativos e passivos fiscais diferidos quando da mesma entidade e ausência de amortização do ativo direito de concessão. Consequentemente, o ativo e passivo fiscal diferidos, investimento e o intangível foram afetados de forma relevante. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos respectivos exercícios anteriores.

As tabelas a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras individuais:

a) Nos balanços patrimoniais:

	Impactos da retificação de erros					
	Em 31 de dezembro de 2016			Em 1o. de janeiro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Ativo fiscal diferido	7.652	(5.115)	2.537	5.957	(5.870)	87
Investimentos	181.639	(11.883)	169.756	131.658	(7.427)	124.231
Outros	475.970	-	475.970	439.995	-	439.995
Total do ativo	<u>665.261</u>	<u>(16.998)</u>	<u>648.263</u>	<u>577.610</u>	<u>(13.297)</u>	<u>564.313</u>
Passivo						
Passivo fiscal diferido	5.115	(5.115)	-	5.870	(5.870)	-
Outros	296.912	-	296.912	260.806	-	260.806
Total do passivo	<u>302.027</u>	<u>(5.115)</u>	<u>296.912</u>	<u>266.676</u>	<u>(5.870)</u>	<u>260.806</u>
Patrimônio líquido						
Outros	172.377	-	172.377	137.254	-	137.254
Reserva de lucros	190.857	(11.883)	178.974	173.680	(7.427)	166.253
Total do patrimônio líquido	<u>363.234</u>	<u>(11.883)</u>	<u>351.351</u>	<u>310.934</u>	<u>(7.427)</u>	<u>303.507</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>665.261</u>	<u>(16.998)</u>	<u>648.263</u>	<u>577.610</u>	<u>(13.297)</u>	<u>564.313</u>

b) Nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente:

	Impactos da retificação de erros		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Outras despesas operacionais	(10.633)	(4.456)	(15.089)
Outros	70.167	-	70.167
Lucro líquido do exercício	59.534	(4.456)	55.078
Ajuste acumulado de conversão	133	-	133
Resultado abrangente da Companhia	59.667	(4.456)	55.211

As tabelas a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas:

a) Nos balanços patrimoniais:

	Impactos da retificação de erros					
	Em 31 de dezembro de 2016			Em 1o. de janeiro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Ativo fiscal diferido	25.587	(17.878)	7.709	23.202	(18.498)	4.704
Intangível	132.002	(23.301)	108.701	137.673	(14.563)	123.110
Outros	827.174	-	827.174	741.891	-	741.891
Total do ativo	984.763	(41.179)	943.584	902.766	(33.061)	869.705
Passivo						
Passivo fiscal diferido	22.012	(17.878)	4.134	25.239	(18.498)	6.741
Outros	568.079	-	568.079	538.411	-	538.411
Total do passivo	590.091	(17.878)	572.213	563.650	(18.498)	545.152
Patrimônio líquido						
Outros	172.387	-	172.387	137.254	-	137.254
Reserva de lucros	190.847	(11.883)	178.964	173.681	(7.428)	166.253
Total do patrimônio líquido dos controladores	363.234	(11.883)	351.351	310.935	(7.428)	303.507
Participação dos não controladores	31.438	(11.418)	20.020	28.181	(7.135)	21.046
Total do patrimônio líquido	394.672	(23.301)	371.371	339.116	(14.563)	324.553
Total do passivo e do patrimônio líquido	984.763	(41.179)	943.584	902.766	(33.061)	869.705

b) Nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente:

(i) Demonstrações do resultado

	Impactos da retificação de erros		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Outras despesas operacionais	(21.185)	(8.738)	(29.923)
Outros	113.540	-	113.540
Lucro líquido do exercício	92.355	(8.738)	83.617
Atribuível à:			
Acionistas da Companhia	59.534	(4.456)	55.078
Participação de não controladores	32.821	(4.282)	28.539
	92.355	(8.738)	83.617

(ii) Demonstração do resultado abrangente

	Impactos da retificação de erros		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Outras despesas operacionais	(21.185)	(8.738)	(29.923)
Outros	113.540	-	113.540
Lucro líquido do exercício	92.355	(8.738)	83.617
Ajuste acumulado de conversão	133	-	133
Resultado abrangente da Companhia	92.488	(8.738)	83.750
Resultado abrangente atribuível aos:			
Acionistas controladores	59.667	(4.456)	55.211
Acionistas não controladores	32.821	(4.282)	28.539
Resultado abrangente total	92.488	(8.738)	83.750

Durante o exercício de 2016, a Companhia realizou empréstimos a partes relacionadas por meio de contrato de mútuo. De acordo com o item item 16 (e) do CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, essa transação deverá ser apresentada na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimento e de financiamento. Entretanto, a transação foi apresentada como atividade operacional na demonstração do fluxo de caixa erroneamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Consequentemente, a apresentação da demonstração do fluxo de caixa foi afetada de forma relevante. O erro foi corrigido pela reapresentação do valor correspondente do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A tabela a seguir resume o impacto nas demonstrações financeiras individuais:

a) Nas demonstrações de fluxo de caixa:

	Impactos da reapresentação		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Itens que não afetam o caixa:			
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, debêntures e mútuos	31.738	(16.839)	14.899
Outros itens de resultado que não afetam caixa	4.255	-	4.255
(Aumento) / Redução nos ativos operacionais:			
Partes relacionadas	(316)	(8.278)	(8.594)
Outros ativos operacionais	38.772	-	38.772
Aumento / (Redução) nos ativos operacionais:			
Partes relacionadas	517	(12.484)	(11.967)
Outros passivos operacionais	3.498	-	3.498
Caixa gerado pelas atividades operacionais	78.464	(37.601)	40.863
Mútuos ativos - recebimento Juros	-	5.948	5.948
Mútuos passivos - juros pagos	-	(824)	(824)
Outros	(28.859)	-	(28.859)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	49.605	(32.477)	17.128
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Mútuos ativos - aplicação	-	(93.926)	(93.926)
Mútuos ativos - recebimento principal	-	115.015	115.015
Variação cambial	-	866	866
Outros fluxos das atividades de investimentos	(6.317)	-	(6.317)
Caixa líquido gerado pelas / aplicado nas atividades de investimento	(6.317)	21.955	15.638
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Mútuos passivos - captação	-	64.593	64.593
Mútuos passivos - pagamento principal	-	(54.071)	(54.071)
Outros fluxos das atividades de financiamento	(35.122)	-	(35.122)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(35.122)	10.522	(24.600)
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.166	-	8.166

A tabela a seguir resume o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

a) Nas demonstrações de fluxo de caixa:

	Impactos da reapresentação		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Itens que não afetam o caixa:			
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, debêntures e mútuos	49.687	(13.768)	35.919
Outros itens de resultado que não afetam caixa	156.655	-	156.655
(Aumento) / Redução nos ativos operacionais:			
Partes relacionadas	(49.650)	41.640	(8.010)
Outros ativos operacionais	11.729	-	11.729
Aumento / (Redução) nos ativos operacionais:			
Partes relacionadas	37.082	2.620	39.702
Outros passivos operacionais	(3.299)	-	(3.300)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	202.204	30.492	232.695
Mútuos ativos - recebimento Juros	-	2.288	2.288
Mútuos passivos - juros pagos	-	(707)	(707)
Outros	(83.690)	-	(83.690)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	118.514	32.073	150.587
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Mútuos ativos - aplicação	-	(76.001)	(76.001)
Mútuos ativos - recebimento principal	-	44.469	44.469
Variação cambial	133	866	999
Outros fluxos das atividades de investimentos	(15.291)	-	(15.291)
Caixa líquido gerado pelas / aplicado nas atividades de investimento	(15.158)	(30.666)	(45.824)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Mútuos passivos - captação	-	35.109	35.109
Mútuos passivos - pagamento principal	-	(36.516)	(36.516)
Outros fluxos das atividades de financiamento	(63.892)	-	(63.892)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(63.892)	(1.407)	(65.299)
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	39.464	-	39.464

7 Principais políticas contábeis

O Grupo Revita aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes.

- a. Base de consolidação
- b. Receita operacional
- c. Receitas financeiras e despesas financeiras
- d. Benefícios a empregados
- e. Imposto de renda e contribuição social

- f. Estoques
- g. Imobilizado
- h. Ativos intangíveis e ágio
- i. Instrumentos financeiros
- j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)
- k. Provisões
- l. Distribuição de dividendos
- m. Arrendamentos
- n. Subvenções governamentais

a. Base de consolidação

Controladas

O Grupo Revita controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas pelo do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não controladores

O Grupo Revita elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo Revita em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando da perda de controle, o Grupo Revita desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo Revita retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo Revita em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo Revita, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou tenha o controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual por meio do qual o Grupo Revita possui controle compartilhado e tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo Revita no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controlada também são contabilizados desse método.

A posição patrimonial dos investimentos em entidades controladas em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é apresentada a seguir:

EMPRESAS	VVR	BOB	Biotérmica	EMTR	Hera	Total
Ativo circulante	49.661	18.187	3.084	25.970	3.463	100.365
Ativo não circulante	167.533	34.528	27.770	25.838	7.981	263.650
TOTAL DO ATIVO	217.194	52.715	30.854	51.808	11.444	364.015
Passivo circulante	170.137	24.428	6.028	120	1.627	202.340
Passivo não circulante	67	29.574	24.812	-	2.065	56.518
Patrimônio Líquido	46.990	(1.287)	14	51.688	7.752	105.157
TOTAL DO PASSIVO	217.194	52.715	30.854	51.808	11.444	364.015
% DE PARTICIPAÇÃO NO INVESTIMENTO	51	51	34,3	27,5	50	-

O resultado apurado no exercício é demonstrado abaixo:

EMPRESAS	VVR	BOB	Biotérmica	EMTR	Hera	Total
Lucro operacional antes dos impostos e resultado financeiro	54.762	(276)	4.508	(1.215)	238	58.017
Resultado Financeiro	859	(3.621)	(2.429)	832	(132)	(4.491)
Lucro antes dos impostos	55.621	(3.897)	2.079	(383)	106	53.526
Resultado do exercício	53.386	(2.574)	1.613	(382)	92	519
% PARTICIPAÇÃO NO INVESTIMENTO	51	51	34,3	27,5	50	-

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo Revita na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para o Grupo Revita e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços.

Receita de serviços prestados - Resíduos

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, após aprovação do contratante.

As controladas que operam contratos de concessão de serviços públicos reconhecem suas receitas de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato.

Receita de serviços prestados - Valorização energética

As receitas com a venda de energia elétrica renovável é produzida dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários através da controladora Termoverde Salvador.

A Companhia registra os valores contratuais no sistema de contabilização da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e a compradora deverá validar o registro para que ocorra a transferência pela vendedora à compradora de todos os direitos sobre a energia no ponto de entrega de acordo com as regras e procedimento de comercialização ente as partes.

Contrato de construção

A receita de construção no Grupo Revita está inserida nos contratos de concessão tratados na nota explicativa nº24. As receitas de contratos de construção são reconhecidas na proporção da conclusão do estágio de andamento do bem reversível. O planejamento de execução de obras de bens reversíveis é definido em contrato de concessão.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

d. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo Revita tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Participação nos lucros

O Grupo Revita reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

(iii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

• **Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

• **Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as conseqüências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo Revita espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

- ***Incentivo fiscal***

O incentivo fiscal têm como fonte a redução de imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração, e destinam-se às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos.

A controlada Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda possui incentivo fiscal que reduz o Imposto de Renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- f. **Estoques**

O estoque é composto por material de manutenção, materiais de consumo na operação e equipamentos de proteção individual (EPI). Eles são avaliados pelo custo de aquisição.

Quando o custo de aquisição é maior que o valor de mercado, é reconhecida uma provisão para redução do valor contábil em contrapartida a uma despesa na demonstração do resultado.

- g. **Imobilizado**

- (i) ***Reconhecimentos e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo Revita.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo Revita obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão definidas na nota explicativa nº14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

(iii) Bens reversíveis

São os bens diretamente vinculados ao contrato de concessão reversíveis ao poder concedente no encerramento do Contrato de Concessão, se previsto em contrato.

Alguns contratos preveem que o Grupo Revita terá direito à indenização correspondente aos investimentos efetuados durante a concessão, com relação aos bens reversíveis ainda não totalmente amortizados, desde que realizados para garantir a continuidade dos serviços abrangidos pelo contrato.

Um ativo intangível dos bens reversíveis foi reconhecido em 1º de janeiro de 2010, em conformidade com a adoção da Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC1. Como ocorre em contratos semelhantes aos do Grupo Revita, quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável dos bens registrados como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão como ativo intangível requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão, conforme segue:

- Contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao Concessionário.
- A parte que concede o contrato de prestação de serviço (Concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço.
- O Concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do Poder Concedente.
- O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo Concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência.
- O Concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder Concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por valor residual ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pelo Grupo Revita sujeito ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no ICPC 1, quando:

- (a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço;
- (b) O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão;

O Concessionário possui o direito de receber remuneração sobre os serviços de construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- (a) Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei;
- (b) Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

(iv) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritos na nota explicativa nº15. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. O ágio não é amortizado.

i. Instrumentos financeiros

O Grupo Revita classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

O Grupo Revita classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo Revita reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo Revita desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo Revita transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo Revita nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo Revita desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo Revita tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalente de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo Revita.

(iii) ***Passivos financeiros não derivativos***

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) ***Capital Social***

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) ***Ativos financeiros não-derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo Revita em condições que o Grupo Revita não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um Grupo Revita de ativos financeiros.

(ii) ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

O Grupo Revita considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo Revita utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo Revita considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados.

Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(iii) Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(iv) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo Revita, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor Grupo Revita possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Grupo Revita possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas do Grupo Revita é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social do Grupo Revita.

Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

m. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, o Grupo Revita determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo Revita separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Se o Grupo Revita conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo fundamental; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa incremental de captação do Grupo Revita.

(ii) Ativos arrendados

Ativos mantidos pelo Grupo Revita sob arrendamentos que transferem para o Grupo Revita substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo Revita.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

n. Subvenções governamentais

Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação, expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais da controlada Battre, não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2023, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Battre em contrapartida deverá atender algumas obrigações como o cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção ao meio ambiente e a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. O Grupo Revita não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

a) CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, o Grupo Revita não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de Contas a receber, empréstimos e financiamento e debêntures.

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O Grupo Revita acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e torna-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48 / IFRS 9, pois serão considerados, para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa, além dos títulos vencidos, também os títulos a vencer.

O Grupo Revita não adotou antecipadamente essa norma. A Administração do Grupo Revita está avaliando a norma e, em virtude do atual estágio das análises - que envolve uma adaptação no sistema de gestão, não foi possível estimar de forma razoavelmente confiável qual o impacto a ser considerado em função dessa mudança.

b) CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com clientes

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, entre outras.

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bem ou serviços para um cliente.

As 5 etapas são: 1) identificar os contratos com o cliente; 2) identificar as obrigações de desempenho do contrato; 3) determinar o preço da transação; 4) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho do contrato; e 5) reconhecer a receita quando (ou na medida que) a entidade satisfaz as obrigações de desempenho.

O CPC 47 / IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Até o momento, com base em sua avaliação preliminar, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18) em relação ao reconhecimento da receita. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas.

O Grupo Revita não adotou antecipadamente essa norma. A Administração da Companhia avaliou a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, sejam elas no resultado do exercício, bem como em seu patrimônio líquido.

c) CPC 06 (R2) / IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia pretende aplicar a o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo Revita não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

9 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de risco financeiro

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo Revita para cada um dos riscos abaixo, os objetivos do Grupo Revita, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital do Grupo Revita.

As atividades do Grupo Revita o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho do Grupo Revita tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à Diretoria Financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a o Grupo Revita não operou instrumentos financeiros derivativos.

- ***Risco de mercado***

Risco de câmbio

As operações efetuadas pelo Grupo Revita no mercado interno não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo Revita decorrem, substancialmente, de empréstimos de financiamentos. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

O Grupo Revita realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Consolidado							
Exposição Patrimonial	Exposição R\$	Taxa de juros - média Efetiva em 31/12/2017	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
Empréstimos e financiamentos	245.218	10,64%	245.218	249.492	253.765	241.034	236.670
Debêntures	22.329	9,30%	22.329	22.255	22.361	22.313	22.298
Efeito no resultado				4.200	8.579	(4.200)	(8.579)

Este risco surge da possibilidade que o Grupo Revita pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

O Grupo Revita monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos de concessão, reajustados anualmente com base na variação do IGP-M e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em consideração as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às características próprias da concessão. O contrato de concessão deve permitir que serviços e tarifas sejam periodicamente revisados, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não prejudicar a qualquer uma das partes envolvidas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes públicos e privados, incluindo contas a receber em aberto.

Risco de contrato de concessão

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

Concentração de receitas

Conforme comentado anteriormente, parte das receitas com prestações de serviços é advinda de controladas constituídas com o propósito específico de executar serviços de limpeza, de coleta, tratamento e destinação final de resíduos para uma única municipalidade, possuindo, portanto, um único cliente. Por prestarem serviços essenciais e de utilidade pública, o risco do Grupo Revita deixar de receber de seus clientes pode ser considerado mínimo. O máximo que pode ocorrer quando o cliente apresentar problemas orçamentários temporais é querer postergar o pagamento, porém, nesses casos, não há um histórico efetivo de perda de crédito.

- ***Risco de créditos***

Risco de crédito é o risco do Grupo Revita incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo Revita.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	Consolidado	
		2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	11	64.962	80.473
Contas a receber de clientes	12	347.721	348.770
Outras contas a receber		21.321	14.227
Dividendos a receber	13	124.129	45.498
		558.133	488.968

Para mitigar o risco de possibilidade do Grupo Revita ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, o Grupo Revita adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

- ***Risco de liquidez***

A liquidez do Grupo Revita depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que o Grupo Revita disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações.

O quadro abaixo analisa os passivos do Grupo Revita, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Consolidado						
Em 31 de dezembro de 2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Projetado	Valor Contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	112.603	52.936	93.914	782	260.235	245.218
Fornecedores e outras contas a pagar	84.264	15	-	-	84.279	84.279
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	2.287	-	-	2.287	2.287
Debêntures (a)	22.602	-	-	-	22.602	22.329
Notas promissórias	6.050	-	-	-	6.050	6.050
Dividendos e juros capital próprio a pagar	16.076	-	-	-	16.076	16.076
	241.595	55.238	93.914	782	391.529	376.239

Consolidado						
Em 31 de dezembro de 2016	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Projetado	Valor Contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	66.542	122.138	156.467	3.189	348.336	249.000
Fornecedores e outras contas a pagar	81.420	128	-	-	81.548	81.548
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	3.455	-	-	3.455	3.455
Debêntures (a)	26.618	22.215	-	-	48.833	42.030
Dividendos e juros capital próprio a pagar	19.732	-	-	-	19.732	19.732
	194.312	147.936	156.467	3.189	501.904	395.765

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

• **Gerenciamento de capital**

Os objetivos do Grupo Revita durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir esses custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, o Grupo Revita, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

O Grupo Revita adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total dos passivos circulantes e não circulantes, subtraídos do montante de caixa e equivalente de caixa, conforme apresentado no balanço patrimonial consolidado.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
		(Reapresentado)
Total do passivo circulante e não circulante	613.320	572.213
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(64.962)	(80.473)
Dívida líquida	548.358	491.740
Patrimônio líquido	371.371	324.553
Índice de alavancagem	1,48	1,52

- **Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	Consolidado			
			2017		2016	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
				(Reapresentado)		
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	64.962	64.962	80.473	80.473
Contas a receber de clientes	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	347.721	347.721	348.706	348.706
Mútuos a receber de partes relacionadas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	146.552	146.552	120.772	120.772
Dividendos a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	124.129	96.100	45.498	45.498
Total			683.364	655.335	595.449	595.449
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	84.279	84.279	81.550	81.550
Mútuos a pagar à partes relacionadas	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	2.287	2.287	3.455	3.455
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	245.218	245.218	249.000	249.000
Dividendos a pagar	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	16.076	16.076	19.732	19.732
Debêntures	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	22.329	20.285	42.030	43.031
Notas promissórias	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	6.050	6.050	6.050	6.050
Total			376.239	374.195	401.817	402.818

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a o Grupo Revita entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros ao custo amortizado, com exceção de (i) o instrumento de proteção cambial, que está mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Desta forma, as contas a receber de clientes estão classificadas como empréstimos e recebíveis, fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

10 Aspectos ambientais

As operações do Grupo Revita estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são mitigados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

O Grupo Revita realiza mensalmente provisão para fechamento e pós-fechamento para monitoramento dos aterros e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, vide nota explicativa nº 21b.

O Grupo mantém provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, apenas para a controlada Guamá Tratamento de Resíduos Ltda com base na nota explicativa nº 21c.

Para as demais empresas, o Grupo Solví não vê a necessidade de constituir provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, por conta dos fatores acima mencionados.

11 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	25	35	68	79
Bancos	1.944	2.345	4.741	7.044
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	73	11.237	60.153	73.350
Total	2.042	13.617	64.962	80.473

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósitos bancários, de liquidez imediata, sujeitas a uma insignificante mudança de valor e remuneração atrelada à variação média do CDI de 82,90% (89,11% em 2016), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

O Grupo Revita cedeu parte dos seus depósitos bancários à vista no montante de R\$3.534 para garantia de empréstimos bancários. Estão registrados como títulos e valores mobiliários a curto prazo.

A exposição do Grupo Revita a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº9.

12 Contas a receber de clientes e outros créditos

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
<i>Clientes Públicos:</i>					
Valores faturados		37.858	44.595	188.567	192.338
Medições a faturar		31.440	34.904	96.060	81.985
		69.298	79.499	284.627	274.323
<i>Clientes Privados:</i>					
Valores faturados		4.061	3.384	5.220	3.874
Medições a faturar		1.071	531	1.485	2.018
		5.132	3.915	6.705	5.892
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(2.002)	(2.419)	(2.015)	(3.209)
Partes relacionadas	31	65.363	71.835	58.404	71.700
Total		137.791	152.830	347.721	348.706
Total circulante		121.270	144.082	331.019	331.702
Total não circulante		16.521	8.748	16.702	17.004
Total		137.791	152.830	347.721	348.706

A exposição ao risco de crédito do Grupo Revita está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O Aging list das contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valores a vencer	24.675	18.039	111.057	78.497
<i>Vencidos:</i>				
Até 30 dias	4.389	9.921	27.454	43.068
Entre 31 e 60 dias	2.275	1.017	5.052	8.765
Entre 61 e 90 dias	2.326	429	5.680	1.902
Entre 91 e 180 dias	3.299	1.487	13.549	4.127
Entre 181 e 360 dias	5.706	43.032	27.240	58.582
Acima de 360 dias	97.123	81.324	159.704	156.974
PCLD	(2.002)	(2.419)	(2.015)	(3.209)
Total	137.791	152.830	347.721	348.706

Os saldos vencidos a mais de 180, a maior parte refere-se a clientes públicos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerada exclusivamente para clientes privados, foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é considerada exclusivamente para clientes privados. O Grupo Revita não constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para clientes públicos tendo em vista o histórico de recebimento. Para os clientes públicos vencidos a contabilidade informa os créditos abertos mensalmente, porém, as ações judiciais de cobranças são iniciadas, se for o caso, após a avaliação da diretoria financeira e de operações de negócios.

A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber consolidado possuem montantes vencidos há longa data junto a clientes públicos, sendo R\$7.349 (R\$7.349 em 2016) da Prefeitura do Município de Montes Claros, e R\$32.983 (R\$36.520 em 2016) da Prefeitura de Salvador. Para esses casos, o Grupo Revita mantém ação judicial de cobrança dos valores a receber em razão da inadimplência acima da média do setor.

Em outubro de 2014, houve confissão de dívida da Prefeitura Municipal de São Leopoldo no montante de R\$23.663, que foram renegociados a serem recebidos em 119 meses. Desde abril de 2015 a Prefeitura parou de efetuar os pagamentos. Este assunto está sendo tratado judicialmente, atualmente o valor está em R\$31.443. Adicionalmente a prefeitura efetuou pagamentos nos meses de Maio e Agosto de 2016 totalizando o valor de R\$1.224 dos títulos renegociados.

Em 2017, os títulos em atraso junto a Prefeitura Municipal de São Bernardo, no montante de R\$61.215 (R\$37.049 em 2016), foram renegociados e os recebimentos foram parcelados.

Em 2016, foi encerrado junto à Prefeitura Municipal de Canoas o contrato de varrição, sendo o contas a receber celebrado contrato de confissão de dívida. Atualmente o Grupo Revita está apenas administrando o aterro sanitário da prefeitura.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 2017 é apresentada com segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo em 31/12/2016	(3.209)	(1.743)
Créditos provisionados no exercício	(8)	(1.618)
Reversão da provisão no exercício	1.202	152
Saldo em 31/12/2017	(2.015)	(3.209)

13 Dividendos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<i>Dividendos a receber de investidas:</i>				
Abrantes Ambiental	1.332	2.208	-	-
Águas Claras Ambiental	2.132	964	-	-
Alfenas Ambiental	-	1.468	-	1.468
Battre	17.805	21.645	-	-
Boechat do Bairro - BOB	696	696	696	696
Ecovia Valorização de Resíduos	7	3	7	3
Farroupilha	281	281	-	-
Hera Ambiental	73	62	73	62
Inova Gestão de Resíduos Urbanos	5.808	9.618	-	-
Rio Grande Ambiental	314	314	-	-
Riograndense Participações	552	552	552	552
São Carlos Ambiental	664	37	-	-
SBC Valorização de Resíduos	28.492	26.503	-	-
SL Ambiental	83	83	-	-
Biotérmica Energia	120	-	120	-
Termoverde Salvador	-	30	-	30
Vega Valorização de Resíduos - VVR	94.654	42.687	94.654	42.687
	153.013	107.151	96.102	45.498
<i>Cessão de dividendos a receber (a):</i>				
Essencis Soluções Ambientais	10.412	-	10.412	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais	8.421	-	8.421	-
Solví Valorização Energética	9.194	-	9.194	-
	28.027	-	28.027	-
	181.040	107.151	124.129	45.498

- (a) Referem-se à cessão de direito, anteriormente detida pela controladora Solví Participações, em contrapartida à integralização de capital social na Companhia no montante de R\$28.027, conforme AGE aprovada em 31 de dezembro de 2017.

Os valores de dividendos a receber estão apresentados pelo saldo líquidos, já remanescentes dos dividendos contabilizados e recebidos no ano.

14 Investimentos

O saldo do investimento de 2017 é demonstrado no quadro abaixo:

14.1 Investimento em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Revita Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Participações em controladas

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2017	31/12/2016
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda	1.400	100,00%	9.518	5.804	5.804	9.518	8.315
São Carlos Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda	10	100,00%	10	627	627	10	10
SL Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	35.470	100,00%	15.948	708	708	15.948	15.240
Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	5.541	100,00%	1.058	(610)	(610)	1.058	1.668
Rio Grande Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	11.435	100,00%	(2.611)	(5.177)	(5.177)	(2.611)	2.568
Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda	2.930	100,00%	2.930	3.632	3.632	2.930	2.930
Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda	4.130	100,00%	(66.581)	(66.017)	(66.017)	(66.581)	(664)
Piauí Ambiental S.A.	-	100,00%	-	(1.629)	(1.629)	-	2.798
<i>Piauí Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	100,00%	-	-	-	-	4.533
SBC Valorização de Resíduos Ltda	13.984	75,00%	13.984	8.346	6.260	10.488	10.488
Abrantes Ambiental Ltda	133	57,14%	(1.418)	(1.550)	(886)	(810)	76
Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.	1.000	51,00%	20.058	41.388	21.108	10.230	10.230
Revita Montes Claros	2.730	51,00%	2.730	-	-	1.392	1.392
Total (a)					(32.180)	(18.428)	59.584

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2017	31/12/2016
Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR	33.031	51,00%	46.990	53.386	27.227	23.965	54.188
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda	3.168	-	3.168	1.712	702	-	1.616
BOB - Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos Col.e Cons. Ltda - ME	4.548	51,00%	(1.287)	(2.574)	(1.314)	(658)	656
<i>BOB - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	51,00%	1.549	(3)	(2)	790	792
Hera Ambiental S.A.	7.058	50,00%	7.752	92	47	3.877	3.841
<i>Hera Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	50,00%	7.498	(28)	(14)	3.749	3.763
Biotérmica Energia S.A.	7	34,30%	14	1.613	554	6	(429)
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	48.824	27,50%	51.688	(382)	(105)	14.214	14.320
<i>SBC Valorização de Resíduos Ltda - resultado de exercícios anteriores</i>	-	75,00%	-	(5.695)	(4.271)	-	-
Total (b)					22.824	45.943	78.745

Participações em coligadas

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2017	31/12/2016
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda	500	1,00%	500	289	3	5	5
Total (c)					3	5	5

Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Individual (d) 13.935 30.758

Provisão para perdas nos investimentos (e) 66.581 664

Total dos investimentos individual: (a) + (b) + (c) + (d) + (e) **108.036** **169.756**

Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Consolidado (f) 13.935 13.935

Totas dos investimentos consolidado: (b) + (c) + (f) **59.881** **92.685**

As mutações dos investimentos são compostas pelas seguintes movimentações ocorridas em 2017:

Revita Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Mutações dos investimentos:

Participações em controladas

<u>Empresa</u>	Saldo em 31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Equivalência sobre baixa	Alienação	Perda no investimento	Incorporação	Aumento de Capital	Dividendos/ JCP	Equivalência Exercícios Anteriores	Saldo em 31/12/2017
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda	8.315	5.804	-	-	-	-	-	(4.601)	-	9.518
São Carlos Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda	10	627	-	-	-	-	-	(627)	-	10
SL Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	15.240	708	-	-	-	-	-	-	-	15.948
Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	1.668	(610)	-	-	-	-	-	-	-	1.058
Rio Grande Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	2.568	(5.179)	-	-	-	-	-	-	-	(2.611)
Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda	2.930	3.632	-	-	-	-	-	(3.632)	-	2.930
Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda	(664)	(66.017)	-	-	-	-	100	-	-	(66.581)
Piauí Ambiental S.A.	2.798	(1.629)	-	-	-	(1.169)	-	-	-	-
<i>Piauí Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	4.533	-	-	-	-	(4.533)	-	-	-	-
Abrantes Ambiental Ltda	76	(886)	-	-	-	-	-	-	-	(810)
Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.	10.230	21.108	-	-	-	-	-	(21.108)	-	10.230
SBC Valorização de Resíduos Ltda	10.488	6.260	-	-	-	-	-	(1.989)	(4.271)	10.488
Revita Montes Claros	1.392	-	-	-	-	-	-	-	-	1.392
	59.584	(36.182)	-	-	-	(5.702)	100	(31.957)	(4.271)	(18.428)

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

<u>Empresa</u>	Saldo em 31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Equivalência sobre baixa	Alienação	Perda no investimento	Incorporação	Aumento de Capital	Dividendos/ JCP	Equivalência Exercícios Anteriores	Saldo em 31/12/2017
Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR	54.188	27.227	-	-	-	-	-	(57.450)	-	23.965
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda	1.616	702	-	(1.184)	(2.601)	-	-	1.467	-	-
BOB - Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos CoLe Cons. Ltda - ME	656	(1.314)	-	-	-	-	-	-	-	(658)
<i>BOB - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	792	(2)	-	-	-	-	-	-	-	790
Hera Ambiental S.A.	3.841	47	-	-	-	-	-	(11)	-	3.877
<i>Hera Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	3.763	(14)	-	-	-	-	-	-	-	3.749
Biotérmica Energia S.A.	(429)	554	-	-	-	-	-	(119)	-	6
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	14.320	(105)	-	-	-	-	-	-	-	14.214
SBC Valorização de Resíduos Ltda - Resultado de exercícios anteriores	-	(4.271)	-	-	-	-	-	-	4.271	-
	78.745	22.824	-	(1.184)	(2.601)	-	-	(56.113)	4.271	45.943

Mutações dos investimentos:

Participações em coligadas

<u>Empresa</u>	Saldo em 31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Dividendos/ JCP	Saldo em 31/12/2017
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda	5	3	(3)	5
	<u>5</u>	<u>3</u>	<u>(3)</u>	<u>5</u>

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Participações em controladas

<u>Empresa</u>	Saldo em 31/12/2016	Amortização	Incorporação	Saldo em 31/12/2017
	(Reapresentado)			
Piauí Ambiental S.A.	10.122	-	(10.122)	-
Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.	4.890	(4.890)	-	-
SBC Valorização de Resíduos Ltda	1.811	(1.811)	-	-
Total	16.823	(6.701)	(10.122)	-

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

<u>Empresa</u>	Saldo em 31/12/2016	Amortização	Incorporação	Saldo em 31/12/2017
Biotérmica Energia S.A.	768	-	-	768
BOB - Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos Co.le Cons. Ltda - ME	4.463	-	-	4.463
Riograndense Participações S.A.	6.420	-	-	6.420
Hera Ambiental S.A.	2.284	-	-	2.284
Companhia Riograndense Valorização Resíduos	-	-	-	-
Total (f)	13.935	-	-	13.935
Total dos ágios (d)	<u>30.758</u>	<u>(6.701)</u>	<u>(10.122)</u>	<u>13.935</u>

As mutações dos investimentos são compostas pelas seguintes movimentações ocorridas em 2016:

Revita Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Participações em controladas

Empresa	Saldo em 31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Alienação	Aquisição de controle	Dividendos/ JCP	Aumento de Capital	Varição Cambial	Saldo em 31/12/2016
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda	6.343	8.389	-	-	(6.417)	-	-	8.315
São Carlos Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos L	(355)	403	-	-	(38)	-	-	10
SL Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	(13.439)	(5.764)	-	-	-	34.443	-	15.240
Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	3.710	(2.041)	-	-	-	-	-	1.668
Rio Grande Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S	(6.670)	(1.762)	-	-	-	11.000	-	2.568
Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos	(47)	2.311	-	-	(2.265)	2.930	-	2.930
Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda	(1.743)	1.079	-	-	-	-	-	(664)
Piauí Ambiental S.A.	(913)	(1.676)	-	-	-	5.387	-	2.798
<i>Piauí Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	4.533	-	-	-	-	-	-	4.533
Abrantes Ambiental Ltda	76	3.515	-	-	(3.515)	-	-	76
Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.	7.597	27.455	-	-	(24.821)	-	-	10.230
SBC Valorização de Resíduos Ltda	12.319	11.420	-	-	(13.251)	-	-	10.488
Revita Montes Claros	-	-	-	1.392	-	-	-	1.392
Empresa Baiana de Táxi Aéreo Ltda	(1.677)	(281)	1.825	-	-	-	133	-
	9.734	43.048	1.825	1.392	(50.307)	53.760	133	59.584

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Saldo em 31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Alienação	Aquisição de controle	Dividendos/ JCP	Aumento de Capital	Varição Cambial	Saldo em 31/12/2016
Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR	52.969	24.386	-	-	(23.167)	-	-	54.188
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda	1.616	608	-	-	(608)	-	-	1.616
BOB - Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos Cole Cons. Ltda - ME	2.318	(1.662)	-	-	-	-	-	656
<i>BOB - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	868	(76)	-	-	-	-	-	792
Hera Ambiental S.A.	3.554	260	-	-	28	-	-	3.841
<i>Hera Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	4.091	(328)	-	-	-	-	-	3.763
Biotérmica Energia S.A.	(106)	(323)	-	-	-	-	-	(429)
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	13.963	508	-	-	(151)	-	-	14.320
	79.273	23.373	-	-	(23.336)	-	-	78.747

Participações em coligadas

Empresa	Saldo em 31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Alienação	Aquisição de controle	Dividendos/ JCP	Aumento de Capital	Varição Cambial	Saldo em 31/12/2016
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda	10	3	-	-	(8)	-	-	5
	10	-	-	-	(8)	-	-	5
Total	89.017	66.421	1.825	1.392	(73.651)	53.760	133	138.336

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Participações em controladas

Empresa	Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	Amortização	Saldo em 31/12/2016 (Reapresentado)
Piauí Ambiental S.A.	10.122	-	10.122
Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.	9.346	(4.456)	4.890
SBC Valorização de Resíduos Ltda	1.811	-	1.811
Total	21.279	(4.456)	16.823

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Saldo em 31/12/2015	Amortização	Saldo em 31/12/2016
Biotérmica Energia S.A.	768	-	768
BOB - Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos CoLe Cons. Ltda - ME	4.463	-	4.463
Riograndense Participações S.A.	6.420	-	6.420
Hera Ambiental S.A.	2.284	-	2.284
Total (f)	13.935	-	13.935
Total dos ágios (d)	35.214	(4.456)	30.758

14.2 Alterações na estrutura societária

Durante o ano de 2017 foram efetuadas alterações na estrutura societária com o objetivo de adequar a estrutura organizacional e societária das empresas do Grupo às necessidades operacionais e funcionais. As principais alterações estão descritas a seguir:

Contrato de Compra e Venda de Quotas da Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduo e Limpeza Urbana Ltda

Conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 03 de novembro de 2017, a Revita firmou a venda da representatividade de 51% das quotas do capital social da Alfenas. A Companhia efetuou a venda pelo preço de aquisição estabelecido no montante de R\$1.184 sendo quitado em 30 de novembro de 2017.

Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação da Piauí Ambiental S.A. por Revita Engenharia S.A.

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 31 de dezembro de 2017, foi aprovada a incorporação da empresa Piauí, mediante seu patrimônio confirmado através do Laudo de Avaliação, no valor total de R\$1.169 sem qualquer aumento ou modificação na composição do capital da Revita, tendo em vista que é detentora de 100% do capital da Piauí e o valor do patrimônio líquido da Piauí já está refletido integralmente pelo método de equivalência patrimonial na Companhia.

O balanço patrimonial da Piauí Ambiental S.A em 31/12/2017 é conforme segue:

	Saldos contábeis da Piauí em 31/12/2017
Ativo Total	10.321
Disponível	16
Estoque	1
Seguros a apropriar	4
Imobilizado	10.300
Passivo Total	10.321
Empréstimos e financiamentos	7.691
Fornecedores	100
Partes relacionadas	1.266
Obrigações fiscais e trabalhistas	95
Patrimônio líquido	1.169

Desta forma os resultados apurados a partir de 1º de maio de 2017 passaram a fazer parte das demonstrações consolidadas do Grupo.

15 Imobilizado

O saldo da controladora é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2017			2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Benfeitorias em bens de terceiros	10	7.199	(4.552)	2.647	4.069
Máquinas e equipamentos	10	10.453	(4.232)	6.221	7.001
Móveis e utensílios	10	1.178	(641)	537	658
Equipamentos de informática	5	1.055	(921)	134	226
Veículos e equipamentos	20	2.631	(441)	2.190	378
Aterro e infra em aterros	(*)	25.704	(3.911)	21.793	7.370
Central de triagem		10	(1)	9	9
Imobilizado em andamento		7.409	-	7.409	10.323
Total		55.639	(14.699)	40.940	30.034

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros

As mutações do imobilizado de 2017 estão demonstradas conforme segue:

Revita Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Custo do Imobilizado	Saldo 2016	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Piauí	Mais valia incorporada	Custo de Fechamento	Saldo 2017
Benfeitorias em bens de terceiros	7.199	-	-	-	-	-	-	7.199
Máquinas e equipamentos	10.271	372	(253)	-	63	-	-	10.453
Móveis e utensílios	1.219	41	(87)	-	5	-	-	1.178
Equipamentos de informática	1.083	29	(65)	-	8	-	-	1.055
Veículos e equipamentos	465	2.194	(28)	-	-	-	-	2.631
Aterro e infra em aterros	10.677	1.393	-	2.914	10.256	331	133	25.704
Central de triagem	10	-	-	-	-	-	-	10
Imobilizado em andamento	10.323	-	-	(2.914)	-	-	-	7.409
Total	41.247	4.029	(433)	-	10.332	331	133	55.639

Custo do Imobilizado	Saldo 2016	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Piauí	Mais valia incorporada	Custo de Fechamento	Saldo 2017
Benfeitorias em bens de terceiros	(3.130)	(1.422)	-	-	-	-	-	(4.552)
Máquinas e equipamentos	(3.270)	(1.035)	98	-	(25)	-	-	(4.232)
Móveis e utensílios	(561)	(115)	37	-	(2)	-	-	(641)
Equipamentos de informática	(857)	(111)	52	-	(5)	-	-	(921)
Veículos e equipamentos	(87)	(355)	1	-	-	-	-	(441)
Aterro e infra em aterros	(3.307)	(471)	-	-	-	-	(133)	(3.911)
Central de triagem	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Total	(11.213)	(3.509)	188	-	(32)	-	(133)	(14.699)
Total Líquido	30.034	520	(245)	-	10.300	331	-	40.940

As mutações do imobilizado de 2016 estão demonstradas conforme segue:

Custo do Imobilizado	Saldo 2015	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Águas Claras	Custo de Fechamento	Saldo 2016
Edificações e Construção Civil	99	-	(99)	-	-	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	7.175	-	(268)	292	-	-	7.199
Máquinas e equipamentos	10.459	1.821	(1.017)	-	(992)	-	10.271
Móveis e utensílios	1.305	8	(76)	-	(18)	-	1.219
Equipamentos de informática	1.154	9	(70)	-	(10)	-	1.083
Veículos e equipamentos	119	687	(300)	-	(41)	-	465
Aterro e infra em aterros	17.453	105	(5.671)	523	(1.793)	60	10.677
Central de triagem	10	-	-	-	-	-	10
Imobilizado em andamento	10.675	463	-	(815)	-	-	10.323
Total	48.449	3.093	(7.501)	-	(2.854)	60	41.247

Custo do Imobilizado	Saldo 2015	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Águas Claras	Custo de Fechamento	Saldo 2016
Edificações e Construção Civil	(12)	(2)	14	-	-	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	(1.682)	(1.553)	105	-	-	-	(3.130)
Máquinas e equipamentos	(2.789)	(1.135)	335	-	319	-	(3.270)
Móveis e utensílios	(462)	(126)	18	-	9	-	(561)
Equipamentos de informática	(748)	(162)	48	-	5	-	(857)
Veículos e equipamentos	(8)	(83)	-	-	4	-	(87)
Aterro e infra em aterros	(6.081)	(798)	3.632	-	-	(60)	(3.307)
Central de triagem	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Total	(11.782)	(3.860)	4.152	-	337	(60)	(11.213)
Total Líquido	36.667	(767)	(3.349)	-	(2.517)	-	30.034

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2017		2016	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Benfeitorias em bens de terceiros	10	13.591	(9.930)	3.661	6.094
Máquinas e equipamentos	10	16.411	(7.981)	8.430	10.235
Móveis e utensílios	10	2.649	(1.637)	1.012	1.223
Equipamentos de informática	5	2.793	(2.424)	369	557
Veículos e equipamentos	20	20.594	(14.070)	6.524	8.383
Aterro e infra em aterros	(*)	59.325	(20.873)	38.452	31.796
Central de triagem	10	10	(1)	9	9
Imobilizado em andamento		9.697	-	9.697	11.989
Redução por avaliação de imparidade		(17.739)	-	(17.739)	-
Total		107.331	(56.916)	50.415	70.286

As mutações do imobilizado de 2017 consolidado estão demonstradas conforme a seguir:

Custo do Imobilizado	Saldo 2016	Adição	Baixa	Transfêrencia	Reorganiz Societária	Valor Justo	Redução por avaliação de imparidade	Custo de Fechamento	Saldo 2017
Benfeitorias em bens de terceiros	15.677	-	(2.086)	-	-	-	-	-	13.591
Máquinas e equipamentos	24.266	644	(8.474)	-	(25)	-	-	-	16.411
Móveis e utensílios	2.696	199	(244)	-	(2)	-	-	-	2.649
Equipamentos de informática	3.238	137	(577)	-	(5)	-	-	-	2.793
Veículos e equipamentos	23.380	2.195	(4.981)	-	-	-	-	-	20.594
Aterro e infra em aterros	44.708	9.694	-	3.323	-	-	-	1.600	59.325
Central de triagem	10	-	-	-	-	-	-	-	10
Imobilizado em andamento	11.989	1.143	(112)	(3.323)	-	-	-	-	9.697
Perda ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	(17.739)	-	(17.739)
Total	125.964	14.012	(16.474)	-	(32)	-	(17.739)	1.600	107.331

Depreciação	Saldo 2016	Depreciação	Baixa	Transfêrencia	Reorganiz Societária	Valor Justo	Redução por avaliação de imparidade	Custo de Fechamento	Saldo 2017
Edificações e Construção Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	(9.583)	(2.433)	2.086	-	-	-	-	-	(9.930)
Máquinas e equipamentos	(14.031)	(1.857)	7.882	-	25	-	-	-	(7.981)
Móveis e utensílios	(1.473)	(299)	133	-	2	-	-	-	(1.637)
Equipamentos de informática	(2.681)	(284)	536	-	5	-	-	-	(2.424)
Veículos e equipamentos	(14.997)	(3.903)	4.830	-	-	-	-	-	(14.070)
Aterro e infra em aterros	(12.912)	(6.361)	-	-	-	-	-	(1.600)	(20.873)
Central de triagem	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Total	(55.678)	(15.137)	15.467	-	32	-	-	(1.600)	(56.916)
Total Líquido	70.286	(1.125)	(1.007)	-	-	-	(17.739)	-	50.415

As mutações do imobilizado de 2016 consolidado estão demonstradas conforme a seguir:

Custo do Imobilizado	Saldo 2015	Adição	Baixa	Transfêrencia	Reorganiz Societária	Custo de Fechamento	Saldo 2016
Edificações e Construção Civil	1.721	-	(1.390)	(331)	-	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	17.007	21	(1.643)	292	-	-	15.677
Máquinas e equipamentos	22.671	2.936	(1.022)	-	(319)	-	24.266
Móveis e utensílios	2.718	130	(143)	-	(9)	-	2.696
Equipamentos de informática	3.283	80	(126)	6	(5)	-	3.238
Veículos e equipamentos	23.184	707	(501)	(6)	(4)	-	23.380
Aterro e infra em aterros	45.105	14	(4.380)	2.588	-	1.381	44.708
Central de triagem	10	-	-	-	-	-	10
Imobilizado em andamento	11.087	3.451	-	(2.549)	-	-	11.989
Total	126.786	7.339	(9.205)	-	(337)	1.381	125.964
Depreciação	Saldo 2015	Depreciação	Baixa	Transfêrencia	Reorganiz Societária	Custo de Fechamento	Saldo 2016
Edificações e Construção Civil	(12)	(2)	14	-	-	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	(8.248)	(2.815)	1.480	-	-	-	(9.583)
Máquinas e equipamentos	(11.946)	(2.746)	342	-	319	-	(14.031)
Móveis e utensílios	(1.261)	(279)	58	-	9	-	(1.473)
Equipamentos de informática	(2.472)	(287)	76	(3)	5	-	(2.681)
Veículos e equipamentos	(10.995)	(4.142)	133	3	4	-	(14.997)
Aterro e infra em aterros	(9.124)	(6.039)	3.632	-	-	(1.381)	(12.912)
Central de triagem	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Total	(44.058)	(16.311)	5.735	-	337	(1.381)	(55.678)
Total Líquido	82.728	(8.972)	(3.470)	-	-	-	70.286

As transferências referem-se a imobilizados em andamento encerrados, transferências para o intangível e reclassificações entre contas para melhor apresentação.

Os custos de fechamento e monitoramento de aterros refere-se ao Aterro Inertes Salvador.

Garantia

Os financiamentos dos ativos imobilizados são garantidos por meio de aval do Grupo Revita. Estão sujeitos a garantia adicional, os financiamentos de projetos através de fiança bancária ou conta reserva e os financiamentos de máquinas e equipamentos através da alienação fiduciária dos bens em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$3.593 (R\$34.101 em 2016).

Imobilizados em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2017, os principais ativos em construção referem-se a aterros sanitários.

Redução de recuperabilidade de ativos (Impairment)

A Companhia avalia a recuperabilidade dos ativos com data base em 31 de dezembro, anualmente, ou quando existir um indicativo de desvalorização. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia verificou a existência de indicativos de não recuperabilidade, na controlada Guamá Tratamento de Resíduos avaliados através do valor em uso determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC, sendo identificado a necessidade de reconhecimento de perda total dos ativos por desvalorização para as UGCs do aterro de Marituba.

Os indicativos de desvalorização identificados para os ativos listados acima, foram principalmente: (i) prejuízos futuros no fluxo de caixa descontado (ii) não haver mensuração do

valor comercial do ativo; (iii) andamento das obras inerentes a recuperação das lagoas de chorume.

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso estão apresentados como segue:

Projeção até 2024 (final do contrato);
 Preço médio por tonelado de resíduo aproximadamente R\$73,00;
 Volume médio de resíduos de aproximadamente 547.000 ton/ano; e
 Taxa de deconconto de 10,03%

16 Intangível

O saldo do consolidado é composto como segue:

<u>Custo do Intangível</u>	<u>Tx Média %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>2017</u>	<u>Total 2016</u>
					(Reapresentado)
Aterro e infra em aterros	(*)	147.095	(94.418)	52.677	57.989
Infraestrutura em transbordos	-	7.463	(6.237)	1.226	1.510
Destinação	10	63	-	63	68
Benfeitorias em bens de terceiros	10	3.176	(1.839)	1.337	1.552
Máquinas e equipamentos	5	17.532	(14.928)	2.604	3.180
Veículos e equipamentos	20	7.832	(6.020)	1.812	2.195
Intangível em andamento		7.193	-	7.193	13.203
Licença e direito de uso	3,33	6.651	(81)	6.570	6.593
Software	20	782	(634)	148	287
<i>Ágio por expectativa de rentabilidade futura:</i>					
Inova		-	-	-	9.588
Piauí Ambiental		10.122	-	10.122	10.122
SBC		-	-	-	2.415
Total		207.909	(124.157)	83.752	108.701

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

Intangíveis em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2017, os principais ativos reversíveis em construção referem-se a aterros sanitários.

Baixa por incorporação

A coluna de mais valia do ativo, refere-se a redução no mapa de movimento do intangível gerada pela incorporação da controlada Piauí Ambiental S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As mutações do intangível de 2017 consolidado estão demonstradas conforme a seguir:

<u>Custo do Intangível</u>	<u>Saldo 2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transfêrencia</u>	<u>Amortização do goodwill</u>	<u>Custo de Fechamento</u>	<u>Saldo 2017</u>
	(Reapresentado)						
Aterro e infra em aterros	134.078	2.296	-	8.447	-	2.274	147.095
Infraestrutura em transbordos	7.463	-	-	-	-	-	7.463
Destinação	68	-	-	(5)	-	-	63
Benfeitorias em bens de	3.168	8	-	-	-	-	3.176
Máquinas e equipamentos	17.602	230	(300)	-	-	-	17.532
Veículos e equipamentos	9.128	452	(1.748)	-	-	-	7.832
Intangível em andamento	13.203	2.432	-	(8.442)	-	-	7.193
Licenças e direitos de uso	6.651	-	-	-	-	-	6.651
Software	833	-	(51)	-	-	-	782
<i>Ágio (Goodwill)</i>							
Inova	9.587	-	-	-	(9.587)	-	-
Piauí Ambiental	10.122	-	-	-	-	-	10.122
SBC	2.415	-	-	-	(2.415)	-	-
Total	214.318	5.418	(2.099)	-	(12.002)	2.274	207.909

<u>Amortização</u>	<u>Saldo 2016</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transfêrencia</u>	<u>Amortização do goodwill</u>	<u>Custo de Fechamento</u>	<u>Saldo 2017</u>
Aterro e infra em aterros	(76.089)	(16.055)	-	-	-	(2.274)	(94.418)
Infraestrutura em transbordos	(5.953)	(284)	-	-	-	-	(6.237)
Benfeitorias em bens de	(1.616)	(223)	-	-	-	-	(1.839)
Máquinas e equipamentos	(14.422)	(806)	300	-	-	-	(14.928)
Veículos e equipamentos	(6.933)	(763)	1.676	-	-	-	(6.020)
Licença e direito de uso	(58)	(23)	-	-	-	-	(81)
Software	(546)	(122)	34	-	-	-	(634)
Total	(105.617)	(18.276)	2.010	-	-	(2.274)	(124.157)
Total Líquido	108.701	(12.858)	(89)	-	(12.002)	-	83.752

As mutações do intangível de 2016 consolidado estão demonstradas conforme a seguir:

Custo do Intangível	Saldo 2015	Adição	Baixa	Transferência	Amortização de goodwill	Custo de Fechamento	Saldo 2016
Aterro e infra em aterros	130.967	155	(5.578)	6.797	-	1.737	134.078
Infraestrutura em transbordos	7.463	-	-	-	-	-	7.463
Destinação	635	-	-	(567)	-	-	68
Edificações	136	-	(136)	-	-	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	3.239	-	(71)	-	-	-	3.168
Máquinas e equipamentos	18.722	358	(1.478)	-	-	-	17.602
Veículos e equipamentos	8.892	1.660	(1.424)	-	-	-	9.128
Intangível em andamento	13.663	5.770	-	(6.230)	-	-	13.203
Licenças e direitos de uso	6.651	-	-	-	-	-	6.651
Software	867	8	(42)	-	-	-	833
<i>Ágio (Goodwill)</i>							
Inova	18.325	-	-	-	(8.738)	-	9.587
Piauí Ambiental	10.122	-	-	-	-	-	10.122
SBC	2.415	-	-	-	-	-	2.415
Total	236.660	7.951	(8.729)	-	(8.738)	1.737	214.318

Amortização	Saldo 2015	Amortização	Baixa	Transferência	Ajuste de IFRS	Custo de Fechamento	Saldo 2016
Aterro e infra em aterros	(69.668)	(8.672)	3.988	-	-	(1.737)	(76.089)
Infraestrutura em transbordos	(5.426)	(527)	-	-	-	-	(5.953)
Edificações	(8)	(3)	11	-	-	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	(1.406)	(243)	33	-	-	-	(1.616)
Máquinas e equipamentos	(14.475)	(851)	904	-	-	-	(14.422)
Veículos e equipamentos	(7.558)	(697)	1.322	-	-	-	(6.933)
Licença e direito de uso	(35)	(23)	-	-	-	-	(58)
Software	(411)	(172)	37	-	-	-	(546)
Total	(98.987)	(11.188)	6.295	-	-	(1.737)	(105.617)
Total Líquido	137.673	(3.237)	(2.434)	-	(8.738)	-	108.701

- (b) O Grupo Revita transferiu para investimentos os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) relacionados a coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, em atendimento à interpretação técnica ICPC09 (R2). Esta reclassificação não impactou resultado.

Em 2017, as controladas Inova e SBC encerraram os respectivos contratos de prestação de serviço relacionados à órgão público, que foram base de mensuração do ágio sobre rentabilidade futura. A Administração avaliou a necessidade da baixa dos respectivos ágios, uma vez que a vida finita da rentabilidade futura foi atingida em decorrência do encerramento dos contratos. O montante baixado foi de R\$32.888 para Inova e R\$2.415 para SBC, respectivamente.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*)

Em 2017 a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas se houve alguma indicação de que o ativo pudesse ter sofrido desvalorização e julgou não ser necessária a realização do teste de imparidade em todas as subsidiárias do Grupo Revita, face à certeza de recuperabilidade dos ativos prevista no planejamento orçamentário dos próximos 5 (cinco) anos.

O teste de *impairment* foi realizado por empresa especializada nas subsidiárias causadoras de ágios quando da aquisição de empresas. O teste foi também realizado em algumas empresas que apresentavam prejuízo fiscal no exercício. O teste de *impairment* dos ativos e dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio, que inclui ao Grupo Revita, foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2017.

O valor recuperável foi estimado por meio do valor presente dos fluxos de caixa futuros que o Grupo Revita espera obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa do Grupo Revita.

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

O período projetivo do teste foi de 5 (cinco) anos, ou de acordo com o prazo de vigência do contrato, quando se tratar de empresa com propósito específico.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Impostos Diretos: Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da empresa.

Taxa de Desconto: Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01. As taxas de desconto WACC foram calculadas por unidade geradora de caixa e variam de 7,14% a 10,03%.

Projeções: A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinquenal de 2017 a 2023 e de 2024 em diante, quando aplicável, foi utilizado o método de projeção constante.

Resultado do teste de *impairment*

Como resultado do teste de *impairment*, nenhuma das unidades de negócio das subsidiárias do Grupo Revita apresentaram perda na realização de seus ativos, não havendo dessa forma a necessidade de constituir qualquer provisão para perda ao valor recuperável. Para tanto foi realizada a comparação entre o Valor em Uso e o Valor Contábil, concluindo-se que o último está registrado por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

17 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fornecedores		13.718	11.942	60.268	51.943
Partes relacionadas	30	3.840	13.831	22.864	29.327
Credores diversos		446	99	1.147	280
		18.004	25.872	84.279	81.550
Circulante		17.989	25.967	84.264	81.422
Não circulante		15	15	15	128

18 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo Revita a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, observar nota explicativa n°08.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros -	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
Finame	Pré-fixado de 2,50% a.a. a 12,12% a.a.	Jan/2018 a Abr/2022	4.274	7.984	7.737	13.891
Conta garantida e capital de giro	CDI + 3,00% a.a. a 6,54% a.a. Selic + 5,38% a.a. a 6,38% a.a.	Fev/2018 a Set/2021	137.839	122.405	200.488	199.238
Leasing	Pré-fixado de 15,45% a.a.	Abr/2018	21	74	21	74
BNDES	Pré-fixado de 3,40% a.a. a 11,40% a.a. ECM + 4,10% a.a. a 4,30% a.a. TJLP + 5,10% a.a. a 5,30% a.a.	Mai/2018 a Abr/2023	13.578	16.831	36.972	35.797
Total			155.712	147.294	245.218	249.000
Circulante			75.337	20.197	106.394	55.546
Não circulante			80.375	127.097	138.824	193.454

Em 22 de dezembro de 2016 o Grupo Revita firmou, através de sua Controladora Solvi Participações S.A., junto aos Bancos Santander (Brasil) S.A., Itaú Unibanco S.A, Banco Bradesco S.A., e China Construction Bank (Brasil) o contrato global de reconhecimento de obrigações e outras avenças, que compreende o alongamento de dívida no montante de R\$114.027 e garantias prestadas através de SBLC - *Stand-by Letter of Credit* no montante de USD20.777, pelo período de 5 anos, com 02 (dois) anos de Carência de valor principal, e 01 (um) ano de carência de juros, com pagamento de 50% em março de 2018, sendo o saldo remanescente dos juros incorporado ao valor principal.

A celebração do acordo marca a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto as Instituições Financeiras, o qual, na visão de sua Administração, preserva a capacidade financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazo, otimizando a estrutura de capital ao tempo de maturidade necessário ao desenvolvimento de seus negócios.

Cláusulas Contratuais (Covenants)

Os contratos firmados com o BNDES contêm covenants que estabelecem requisitos financeiros que devem ser cumpridos.

Os índices dos covenants do Grupo Revita, estabelecidos pelo BNDES são compostos conforme demonstrados a seguir:

Covenants Financeiros (BNDES - Facility)

1) Margem EBITDA

>= **16%** EBITDA / Receita Operacional Líquida

2) Dívida Líquida / EBITDA

\sum (Empréstimos e Financiamentos + Impostos Parcelados + Dívida Previdenciária – Disponibilidades) / EBITDA

3) Cobertura do Serviço da Dívida

EBITDA / Juros e Amortizações a Pagar decorrentes dos itens constantes da definição do endividamento líquido total

>= **1,6**

As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2017.

Os financiamentos na modalidade Finame estão vinculados a garantias fiduciárias e fidejussórias, com aval das empresas Revita Engenharia S.A. e Solví Participações S.A.

Os empréstimos das controladas estão garantidos por avais da respectiva controladora na proporção de sua participação societária.

Os montantes da parcela não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento:	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2018	-	58.823	-	74.016
2019	22.677	16.021	48.355	31.272
2020	27.373	24.728	44.681	42.984
2021	27.158	24.521	42.621	42.178
2022	2.398	2.253	2.398	2.253
2023	769	751	769	751
Total	80.375	127.097	138.824	193.454

Movimentação de empréstimos e financiamentos

Controladora	Saldo Inicial	Captação	Juros	Pgto Juros	Pgto Principal	Incorporação	Saldo Final
BNDES	16.831	-	1.499	(1.343)	(3.409)	-	13.578
CONTA GARANTIDA	40.590	2	6.879	(7.014)	-	-	40.457
CAPITAL DE GIRO	81.814	10.000	9.087	(3.310)	(7.900)	7.691	97.382
FINAME	7.983	1.202	371	(325)	(4.957)	-	4.274
LEASING	74	-	7	(7)	(53)	-	21
Total	147.294	11.204	17.843	(11.999)	(16.319)	7.691	155.712

Consolidado	Saldo Inicial	Captação	Juros	Pgto Juros	Pgto Principal	Saldo Final
BNDES	35.797	10.957	3.976	(3.430)	(10.329)	36.972
CONTA GARANTIDA	50.587	179	7.005	(7.309)	(10.004)	40.458
CAPITAL DE GIRO	148.651	20.322	20.308	(7.403)	(21.848)	160.031
FINAME	13.891	1.221	462	(580)	(7.257)	7.737
LEASING	74	-	7	(7)	(53)	21
Total	249.000	32.680	31.758	(18.729)	(49.491)	245.218

19 Debêntures e notas promissórias

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Debêntures (a)	22.329	42.030
Notas promissórias (b)	6.050	6.050
	28.379	48.080
Passivo circulante	28.379	27.779
Passivo não circulante	-	20.301

a. Composição das debêntures

	Controladora e Consolidado		
	Série	Emissão	Valor
Revita Engenharia S.A.	Única	05/12/2013	70.000
			70.000

Valores contábeis incluindo juros e pagamento de principais em 31/12/2017:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Passivo circulante (a)	22.329	21.729
Passivo não circulante (b)	-	20.301
	22.329	42.030

Em 05 de dezembro de 2013, o Grupo Revita emitiu em série única de 70 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000 totalizando uma captação de R\$70.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações com garantia adicional fidejussória.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Scotiabank Brasil S.A., coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% do CDI acrescidas de um spread de 2,25% ao ano over.

A amortização é semestral a partir de 16 de junho de 2014 para a parcela de juros e a partir de 16 de dezembro de 2014 para amortização do valor nominal unitário. O vencimento final da operação ocorrerá em 16 de dezembro de 2018.

Cláusulas restritivas (covenants)

Exige-se a observação do cumprimento dos índices: IA - Índice de Alavancagem, que é apresentado através do cálculo de dívida líquida dividido pelo EBITDA, e o resultado deve ser inferior a 3,05 e também de Cobertura de Juros que é apresentado através do cálculo de EBITDA dividido pelas despesas financeiras líquidas, e o resultado deve ser superior a 1,75 .

As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2017.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As debêntures são garantidas por fiança concedida pela controladora final Solví Participações S.A.

b. Composição das notas promissórias

Em 29 de agosto foi emitido 10 (dez) notas promissórias no valor R\$605 cada, totalizando o valor de R\$6.050 para pagamento à vista a cada nota promissória emitida.

Nos termos dos artigos 34 e 77 da lei Uniforme Relativa às Letras de Câmbio e Notas Promissórias, promulgada pelo decreto nº57.663 de 24/01/1966, fica expressamente ajustada a prorrogação do prazo de apresentação para pagamento desta nota promissória pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

c. Movimentação das debêntures

	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Pgto Juros</u>	<u>Pgto Principal</u>	<u>Saldo Final</u>
Debêntures	42.030	-	4.370	(4.556)	(19.515)	22.329

20 Salários, benefícios e encargos sociais

Os saldos das contas de salários e encargos trabalhistas nos períodos findos em 31 de dezembro 2017 e 2016 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários	3.040	2.819	11.802	11.711
Encargos trabalhistas	2.748	2.258	8.369	4.781
Férias	9.967	9.188	30.892	31.121
Participação nos resultados	5.663	4.826	11.761	12.181
	21.418	19.091	62.824	59.794

Planos de contribuição definida

Aos funcionários que aderiram, o Grupo Revitatêm um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado de contribuição definida conta também com contribuições dos beneficiários.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$122 (R\$529 em 2016) no consolidado, os quais foram reconhecidos diretamente no resultado

Participação nos resultados

Algumas controladas constituíram provisão para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, no valor consolidado de R\$11.761 (R\$12.181 em 2016).

21 Provisões

	Consolidado	
	2017	2016
Contingências (a)	31.014	17.846
Urbanização de aterro (b)	18.654	14.780
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	34.000	-
	83.668	32.626

a. Provisão para contingências

O Grupo Revita é parte em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável. Os saldos finais e as respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

As mutações das contingências do consolidado estão demonstradas conforme segue:

	<u>Cível</u>	<u>Trabalhista</u>	<u>Honorários</u>	<u>Total</u>
Saldo 31/12/2015	<u>2.772</u>	<u>8.144</u>	<u>-</u>	<u>10.916</u>
Adições	463	15.401	3.796	19.660
Pagamentos	(48)	(7.315)	(2.896)	(10.259)
Total sem compensação judicial	<u>3.187</u>	<u>18.611</u>	<u>900</u>	<u>22.698</u>
Depósitos judiciais - 2016	(8)	(4.844)	-	(4.852)
Saldo 31/12/2016	<u>3.179</u>	<u>13.767</u>	<u>900</u>	<u>17.846</u>
Compensação de depósitos judiciais - 2016	8	4.844	-	4.852
Adições	3.291	14.084	1.972	19.347
Pagamentos	(125)	(2.342)	(361)	(2.828)
Total sem compensação judicial	<u>6.353</u>	<u>30.353</u>	<u>2.511</u>	<u>39.217</u>
Depósitos judiciais	(1)	(8.202)	-	(8.203)
Saldo 31/12/2017	<u>6.352</u>	<u>22.151</u>	<u>2.511</u>	<u>31.014</u>

b. Provisão para urbanização de aterros

O Grupo Revita reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários no montante consolidado de R\$18.654 (R\$14.780 em 2016). O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juro de 14,6% ao ano (14,6% em 2016). A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Urbanização de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. Um ativo é registrado como uma contraparte contra a provisão e é depreciado de acordo com o esgotamento da capacidade do aterro ou a necessidade de cobertura durante o período.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.)
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado;
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual).

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o IAS 37 (CPC 25). Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- a) As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 14,6% (14,6% em 2016); e

- b) As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2017:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo em 31 de dezembro	14.780	11.661
Provisões constituídas	4.310	3.977
Reversões/realizações	(436)	(858)
Saldo em 31 de dezembro	18.654	14.780

c. Provisão de recuperação operacional do sistema aterro

	Consolidado
Recuperação operacional do sistema de aterro	2017
Guamá Tratamento de Resíduos (a)	30.000
Rio Grande Ambiental (b)	4.000
Não Circulante	34.000

- (a) Conforme comentado na nota 1 – Contexto Operacional para fazer frente as contingenciais ambientais, a controlada Guamá efetuou uma provisão para os gastos iniciais de recuperação da infraestrutura de tratamento de chorume em 2017 no valor de R\$30.000. A provisão será revertida de acordo com sua realização e desembolso de caixa.

A provisão constituída tem como base o tratamento de 150.000 m³ de chorume armazenado no empreendimento em 31 de dezembro de 2017. O custo médio de transporte e tratamento foi calculado em R\$ 200,00/m³ com base em estimativas de preços das opções disponíveis, tais como de osmose reversa e/ou em instalações de terceiros licenciados. A opção pelo tipo de tratamento de chorume será definido pela empresa com a aprovação dos órgãos reguladores.

- (b) Conforme comentado na nota 1 – Contexto Operacional para fazer frente as contingenciais ambientais, a controlada RGA efetuou uma provisão de R\$4.000 para os gastos iniciais de recuperação da infraestrutura de tratamento de chorume em 2017. A provisão será revertida de acordo com sua realização e desembolso de caixa.

22 Impostos, taxas e contribuições

É composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ISS sobre vendas	2.711	2.748	9.285	9.866
PIS sobre vendas	1.566	4.161	6.131	8.814
Cofins sobre vendas	14.328	20.562	35.207	41.429
Imposto de renda fonte	421	369	1.086	1.027
Parcelamento (a)	18.651	-	26.307	-
Outros	1.173	1.771	2.197	3.632
Total	38.850	29.611	80.213	64.768

- (a) O Grupo Revita aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária relativo a tributos federais instituído pela Lei 13.496 de 24 de Outubro de 2017, cujo saldo consolidado em 31/12/2017 soma R\$26.307, já deduzidos dos descontos de multa e juros concedidos no programa.

O PERT contempla débitos tributários inadimplentes até a data de vencimento 30/04/2017. Em algumas empresas a opção de adesão foi pelo pagamento de 5% da dívida em espécie, dividido em 5 parcelas e quitação de 95% da dívida com prejuízos fiscais próprios ou de empresas ligadas. Em outras empresas a opção foi o pagamento de 24% da dívida em 24 parcelas, e quitação de 76% com prejuízos fiscais próprios ou de empresas ligadas.

A quitação dos débitos com prejuízos fiscais deverá ocorrer durante o ano de 2018, somente quando a Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional expedirem Ato Normativo determinando a consolidação dos débitos e a indicação de quais empresas ligadas irão ceder prejuízos fiscais destinados quitação dos débitos.

Os parcelamentos estão sendo efetuados em parcelas mensais e sucessivas, com juros financeiros equivalentes à taxa de juros a longo prazo (TJLP).

23 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Revita possuía registrados ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber de municipalidades, conforme permitido pela legislação do imposto de renda. A composição desses diferidos é como segue:

Revita Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízos fiscais acumulados	-	6.161	55.628	51.064
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	13.101	8.218	39.217	22.697
Provisão para participação nos resultados	5.663	4.826	11.761	12.181
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.002	2.419	2.015	3.209
Provisões para perda de estoque	-	-	1.997	-
Provisão para urbanização de aterro	1.015	882	18.654	14.780
Provisões para transporte de chorume	-	-	34.000	-
Perda por imparidade	-	-	17.739	-
RTT	-	-	(939)	4.064
Estorno de IR/CS contabilizado em exercícios anteriores	-	-	2.596	
Goodwill controlada Piauí	10.122	-	10.122	-
Mais Valia	-	-	(6.869)	(6.869)
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(12.272)	(15.045)	(61.115)	(61.630)
Outros	-	-	-	(1.985)
Total	19.631	7.461	124.806	37.511
Alíquotas - %	34	34	34	34
Imposto de Renda e contribuição social diferidos, líquidos (a)	6.675	2.537	42.434	12.754
Provisão para o não reconhecimento do imposto diferido sobre prejuízos fiscais (b)	(2.249)	-	(30.477)	(9.179)
Total Imposto de Renda e contribuição social diferidos (a) + (b)	4.426	2.537	11.957	3.575
Imposto de Renda e contribuição social diferidos ativos	4.426	2.537	17.504	7.709
Imposto de Renda e contribuição social diferidos passivos	-	-	(5.547)	(4.134)

Em 31 de dezembro de 2017, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(15.185)	53.049	25.279	117.438
Alíquota nominal do Imposto de Renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Despesa esperada com Imposto de Renda e contribuição social	5.163	(18.037)	(8.595)	(39.929)
Efeito do Imposto de Renda e da contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	(4.541)	21.068	7.761	7.852
Despesas de gratificação, bônus e doações	(98)	(88)	(387)	(487)
Despesas com brindes/multas	(45)	(76)	(85)	(206)
Provisão para o não-reconhecimento do IR diferido sobre prejuízo fiscal e diferimento temporário	(2)	-	(25.223)	(2.277)
Lucro da exploração	-	-	1.204	1.972
Participação dos resultados	(287)	(600)	(437)	(716)
Estorno de crédito prescrito de Pis e Cofins referente 2013	(1.072)	-	(1.072)	-
IR/CS Diferido - Adesão ao Programa de Regularização Tributária	-	-	4.441	1.189
Baixa de ágios de contratos encerrados	(4.040)	-	(7.213)	(202)
Regularização alíquota efetiva para 15,25%	-	-	(674)	(674)
Outras	958	(238)	2.252	(343)
Provisão para Imposto de Renda e contribuição social	<u>(3.964)</u>	<u>2.029</u>	<u>(28.028)</u>	<u>(33.821)</u>
Corrente	(4.747)	(422)	(33.471)	(41.405)
Diferido	783	2.451	4.239	5.612
Lucro da exploração	-	-	1.204	1.972

24 Patrimônio líquido

a. Capital realizado

Conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária instituída em 10 de novembro de 2017, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R\$172.715 para o montante atual de R\$172.873, tendo um aumento de R\$158, integralizado pela mediante parcela cindida oriunda da cisão parcial da Vega Engenharia Ambiental S.A. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 está representado por 172.873.485 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada uma, perfazendo um total de R\$172.873 registrado na rubrica “Capital social”.

De acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária instituída em 31 de dezembro de 2017, os acionistas decidiram em integralizar no capital da sociedade o valor de R\$16.685 passando de R\$172.873, para o montante atual de R\$189.558. A integralização do montante ocorreu através da conversão de crédito mediante a assunção de dívida celebrada com a VVR, Águas Claras e Termoverde Caieiras mediante a conversão de crédito de mútuo por ela detido em face da sociedade e por renúncia de dividendos na VVR. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 está representado por 189.558.087 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada uma, perfazendo um total de R\$189.558 registrado na rubrica “Capital social”.

De acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2017, os acionistas decidiram integralizar no capital da sociedade o valor de R\$45.119 passando de R\$189.558 para R\$234.678. A integralização do montante ocorreu através da conversão de crédito mediante a assunção de dívida celebrada com a Battre, CRVR, São Carlos Ambiental e Termoverde Salvador mediante a conversão de crédito de mútuo por ela detido em face da sociedade no montante de R\$17.092 e cessão do direito de recebimento de dividendos inerentes à Essencis, GRI e SVE no montante de R\$28.027, detidos anteriormente pela Solví. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 está representado por 234.677.975 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada uma, perfazendo um total de R\$234.678 registrado na rubrica “Capital social”.

b. Dividendos

O estatuto do Grupo Revita estabelece a distribuição de dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Fundamentado no Artigo 202 § 4º da legislação societária. Os dividendos mínimos não serão distribuídos no exercício corrente por serem incompatíveis com a atual situação financeira do Grupo Revita .

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações feitas pela Lei 11.638/07, e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

25 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Clientes públicos	209.954	238.703	1.042.760	1.103.123
Clientes privados	48.438	31.218	23.624	22.478
Total receita bruta de serviços	258.392	269.921	1.066.384	1.125.601
Receita de construção	-	-	5.422	9.016
Biogás	-	-	5.997	5.297
Total receita bruta	258.392	269.921	1.077.803	1.139.914
Deduções sobre as vendas				
ISS	(12.199)	(11.942)	(53.709)	(54.304)
PIS	(4.263)	(4.454)	(17.433)	(18.183)
COFINS	(19.638)	(20.515)	(80.301)	(83.760)
ICMS	(6)	(24)	(14)	(80)
Total de deduções sobre as vendas	(36.106)	(36.935)	(151.457)	(156.327)
Receita Líquida	222.286	232.986	926.346	983.587

A receita reconhecida com relação à construção representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A receita, custo e lucro bruto nos contratos de concessão em 2017 são como seguem:

Empresa	Receita de construção	Custo de construção	Lucro bruto
Battre - Bania Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda	2.762	(2.762)	-
Rio Grande Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	592	(592)	-
São Carlos Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda	1.916	(1.916)	-
SBC Valorização de Resíduos S.A.	152	(152)	-
Total	5.422	(5.422)	-

26 Custos dos serviços prestado

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e encargos	(97.194)	(107.043)	(380.457)	(391.862)
Mão-de-Obra	(4)	(82)	(58)	(121)
Aluguel	(40.850)	(44.042)	(126.459)	(116.947)
Depreciações	(3.387)	(3.733)	(32.967)	(26.498)
Materiais aplicados nos serviços	(19.051)	(20.434)	(70.574)	(72.150)
Serviços de terceiros (a)	(10.107)	(12.227)	(127.927)	(96.533)
Créditos fiscais	7.886	8.754	33.085	33.158
Custo de bens reversíveis	-	-	(5.422)	(9.016)
Outros custos de produção	(7.116)	(7.405)	(23.033)	(22.304)
Total	(169.823)	(186.212)	(733.812)	(702.273)

- a. Os principais serviços de terceiros estão relacionados a coleta e transporte de resíduos, destinação de resíduos em aterros sanitários e manutenção dos veículos.

27 Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para crédito de liquidação duvidosa inadimplentes	-	(744)	(8)	(1.466)
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	417	-	1.202	-
Patrocínios, brindes e doações	-	-	-	(68)
Patrocínios, brindes e doações	(157)	(190)	(239)	(251)
Propaganda e publicidade	(686)	(880)	(1.902)	(1.804)
Outros	(71)	(68)	(590)	(592)
Total	(497)	(1.882)	(1.537)	(4.181)

28 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Remuneração direta mão de obra	(11.881)	(8.682)	(27.283)	(23.558)
INSS	(1.994)	(1.529)	(4.878)	(4.397)
FGTS	(575)	(439)	(1.363)	(1.226)
Benefícios	(1.144)	(1.026)	(4.150)	(4.022)
Alugueis	(281)	(666)	(5.927)	(6.055)
Depreciação	(165)	(170)	(446)	(1.001)
Serviços de terceiros (a)	(6.586)	(7.307)	(38.505)	(51.215)
Tributos, seguros e contribuições	(491)	(438)	(4.498)	(2.156)
Viagens e estadias	(341)	(878)	(601)	(1.278)
Outros	(251)	(507)	(6.594)	(7.134)
Total	(23.709)	(21.642)	(94.245)	(102.042)

- (a) Os principais serviços referem-se a planejamento e gestão estratégica e acompanhamento aos estudos, gerenciamento e fiscalização de obras e serviços.

29 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receita (despesas) de aluguel	6	3	6	3
Resultado venda de imobilizado	5	(2.833)	540	(5.296)
Resultado de investimentos	(9.332)	(2.631)	(14.634)	(6.913)
Receitas eventuais	44	117	256	308
Total receitas	(9.277)	(5.344)	(13.832)	(11.898)
Despesas e provisões contingenciais	(5.574)	(5.655)	(17.528)	(11.910)
Patrocínio	(165)	(78)	(1.106)	(1.191)
Multa Contratual	(70)	-	(267)	-
Perda por redução ao valor recuperável (a)	-	-	(17.739)	-
Estorno de crédito de PIS e COFINS sobre insumos	(3.152)	-	(3.152)	-
Outras despesas e receitas(b)	(1.338)	(4.011)	(3.226)	(4.924)
Total despesas	(10.299)	(9.744)	(43.018)	(18.025)
Total	(19.576)	(15.089)	(56.850)	(29.923)

- (a) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia verificou a existência de indicativos de não recuperabilidade na controlada Guamá Tratamento de Resíduos, conforme nota explicativa nº14.
- (b) Conforme ata de reunião de sócios realizada em 11 de junho de 2016, a controladora Revita renunciou ao recebimento dos dividendos a pagar da empresa Abrantes Ambiental Ltda no valor de R\$3.112.

30 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras:				
Receitas juros sobre contratos de mútuo	21.364	19.625	17.643	13.310
Varição monetária	34	402	171	2.257
Rendimentos sobre aplicações financeiras	142	240	5.458	7.282
Juros recebidos e descontos obtidos	1.605	1.444	6.834	3.793
	23.145	21.711	30.106	26.642
Despesas financeiras:				
Varição monetária	(3.800)	(1.631)	(5.857)	(2.338)
Despesas bancárias	(199)	(246)	(448)	(363)
Ajuste de valor presente das contas a receber	-	(124)	-	(124)
Despesas c/juros e descontos concedidos	(1.913)	(4.163)	(18.377)	(18.524)
Despesas juros sobre contratos de mútuo	(4.502)	(2.960)	(2.465)	(1.520)
Despesas multas e moras financeiras	(224)	(1.848)	(2.819)	(3.502)
Tributos sobre movimentações financeiras	(1.758)	(1.773)	(2.956)	(3.342)
Juros sobre financiamento	(21.260)	(30.499)	(34.633)	(48.033)
	(33.656)	(43.244)	(67.555)	(77.746)
TOTAL GERAL	(10.511)	(21.533)	(37.449)	(51.104)

31 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O Grupo Revita pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável um total de R\$16.917 (R\$17.910 em 2016).

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional, administrativa e financeira às respectivas partes relacionadas.

a. Controladora

Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são demonstrados como segue:

	Controladora					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Serviços prestados:						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	39.797	10.932	564	273	(3.648)	(3.766)
<i>Instituto Solvi</i>	-	-	37	-	-	-
<i>Servy Participações Ltda.</i>	-	5.877	-	-	-	-
<i>Servy Patrimonial</i>	-	28.866	32	21	-	-
<i>Manaus Ambiental S.A.</i>	82	22	-	-	-	-
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	1.322	1.321	-	-	-	1.200
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	16	16	-	2	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	587	587	570	544	-	(81)
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	-	6.660	-	2.097	-	6.500
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	1.777	1.108	-	-	16.361	11.634
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	1.290	14.775	1.775	8.079	(4.886)	(6.599)
<i>Riograndense Partic. S/A</i>	348	-	-	-	-	-
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	259	107	21	21	2.967	-
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	656	-	-	-	808	-
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>	293	4	-	-	3.471	-
<i>São Carlos Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	596	14	-	13	879	-
<i>SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	30	45	-	-	-	-
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	81	81	-	-	-	-
<i>Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	-	12	-	-	-	-
<i>Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	1.551	487	-	-	1.030	-
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	-	41	356	-	-	(8)
<i>Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	1.687	65	-	-	1.605	-
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	47	-	-	-	-	-
<i>Piauí Ambiental S.A.</i>	-	17	-	-	-	-
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	9	111	-	2.256	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	98	22	14	14	-	1.065
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	90	18	-	-	867	-
<i>Termoverde Caieiras Ltda.</i>	404	14	-	-	866	-
<i>Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos S.A.</i>	226	-	7	31	4.172	(3.626)
<i>SBC Valorização de Resíduos Ltda</i>	4.785	14	2	-	4.771	-
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda.</i>	136	81	-	-	665	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	307	307	72	72	-	-
<i>Consorcio GPO Sanenco</i>	28	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	212	231	16	34	4	-
	56.714	71.835	3.466	13.457	29.932	6.319
JCP:						
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	64	-	-	-	-
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	-	-	359	359	-	-
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	111	111	-	-	-	-
	111	175	359	359	-	-
Serviços prestado (longo prazo):						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	8.649	-	-	-	-	-
	8.649	-	-	-	-	-

	Controladora					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
AFAC:						
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	-	15	15	-	-
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	5.768	-	-	-	-	-
	<u>5.768</u>	<u>-</u>	<u>15</u>	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Mútuos:						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	120.762	58.823	105	-	10.513	8.395
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	1.772	1.687	-	-	98	14
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	-	57
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	403	567	2.182	-	374	700
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	-	-	422	(1.041)	(951)
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	7	-	-	2.120	(351)	128
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	6	(191)
<i>São Carlos Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	-	2.026	-	-	26	81
<i>SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	5.539	2.594	-	-	615	2.030
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	19.327	16.374	-	-	2.389	2.660
<i>Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	9	-	105	-	(15)	10
<i>Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	-	609	-	-	25	1.078
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	-	-	-	-	-	(24)
<i>Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	25.872	12.326	-	-	2.466	2.658
<i>Piauí Ambiental S.A.</i>	-	577	-	-	102	268
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	-	-	-	-	(459)	1
<i>Termoverde Caieiras S.A.</i>	-	4.938	-	-	226	376
<i>Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos S.A.</i>	-	-	-	3.033	(548)	285
<i>SBC Valorização de Resíduos Ltda</i>	-	-	2.668	11.045	(1.282)	(1.282)
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda.</i>	-	-	-	-	(83)	9
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	-	38.382	-	-	3.774	558
<i>Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR</i>	-	-	-	-	-	(338)
<i>Outros</i>	-	1	1	-	-	53
	<u>173.691</u>	<u>138.904</u>	<u>5.061</u>	<u>16.620</u>	<u>16.835</u>	<u>16.575</u>
Circulante	56.825	72.010	3.825	13.816		
Não circulante	188.108	138.904	5.075	16.635		
Total	244.933	210.914	8.900	30.451	46.767	22.894

b. Consolidado

Os saldos e as transações entre o Grupo Revita, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados abaixo. As transações entre o Grupo Revita e outras partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Serviços prestados:						
<i>Solví Participações S.A.</i>	39.798	10.932	1.064	764	(9.762)	(9.638)
<i>Instituto Solví</i>	-	-	45	10	-	-
<i>Servy Participações Ltda.</i>	-	5.877	-	-	-	-
<i>Servy Patrimonial</i>	-	28.866	32	21	-	-
<i>Manaus Ambiental S.A.</i>	82	22	-	-	-	-
<i>Solví Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	1.322	1.322	-	-	-	1.200
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	16	16	-	2	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	587	587	570	544	-	(144)
<i>Consórcio Porto para Vida</i>	-	-	-	34	-	-
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	725	6.736	536	4.977	(40)	(10.552)
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	796	-	-	-	(147)	160
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	1.290	14.775	2.587	8.938	(14.470)	(15.766)
<i>Riograndense Partic. S/A.</i>	348	-	-	-	-	-
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	64	72	-	268	617	-
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	667	-	-	-	808	-
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>	293	5	-	27	3.471	-
<i>São Carlos Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	38	2	-	-	-	-
<i>SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	12	27	-	-	-	-
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	103	103	1	-	-	-
<i>Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	80	21	-	-	-	-
<i>Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	543	72	-	-	379	-
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	65	11	10	10	-	-
<i>Solví Valorização Energética Ltda.</i>	9	111	-	2.256	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	713	-	268	3	-	-
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	532	675	1.299	6.036	6.864	5.297
<i>Termoverde Caieiras S.A.</i>	404	14	-	-	866	-
<i>Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos S.A.</i>	232	-	13	31	4.172	(3.626)
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	303	9	-	-	-	-
<i>Águas Claras Ambiental Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda</i>	88	84	-	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	397	488	72	71	(85)	-
<i>Consórcio GPO Sanenco</i>	28	28	-	-	-	-
<i>Jotage Engenharia Comercio</i>	-	-	-	264	-	-
<i>Lara Central de Tratamento</i>	-	-	10.729	4.216	(24.090)	(27.851)
<i>Paulitec</i>	-	-	2.660	-	(21.832)	(13.220)
<i>Vital Engenharia Ambiental</i>	-	-	2.946	733	(26.413)	(22.580)
<i>Outros</i>	220	846	17	3	64	20
	<u>49.755</u>	<u>71.700</u>	<u>22.849</u>	<u>29.210</u>	<u>(79.598)</u>	<u>(96.699)</u>

	Consolidado					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
JCP:						
<i>Solví Participações S.A.</i>	-	-	-	70	-	-
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	64	-	-	-	-
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	-	-	-	22	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	(103)	-	-
	-	64	-	(11)	-	-
Serviços prestado (longo prazo):						
<i>Solví Participações S.A.</i>	8.649	-	-	-	-	-
	8.649	-	-	-	-	-
AFAC:						
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	-	15	15	-	-
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	5.768	-	-	-	-	-
<i>URCD</i>	-	-	-	113	-	-
	5.768	-	15	128	-	-
Mútuos:						
<i>Solví Participações S.A.</i>	124.513	58.823	-	-	10.513	8.395
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	1.772	1.687	-	-	98	14
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	-	57
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	622	567	2.182	-	375	700
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	-	-	422	(1.041)	(951)
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	6	(191)
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	19.327	16.374	-	-	2.389	2.660
<i>Piauí Ambiental S.A.</i>	20	-	-	-	-	47
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	-	-	-	-	(459)	1
<i>Termoverde Caiéiras S.A.</i>	-	4.938	-	-	226	376
<i>Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos S.A.</i>	-	-	-	3.033	(548)	285
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	-	-	-	-	(102)	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	295	38.382	-	-	3.775	558
<i>Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR</i>	-	-	-	-	-	(338)
<i>Outros</i>	-	-	105	-	(82)	88
	146.549	120.772	2.287	3.455	15.150	11.700
Circulante	49.755	71.764	22.849	29.199		
Não circulante	160.966	120.772	2.302	3.583		
Total	210.721	192.536	25.151	32.782	(64.448)	(84.999)

c. Mútuos

Os contratos de mútuos a receber estão atrelados a uma taxa de juros de 6% a.a. e de 100% a 140% do CDI, com vencimento de Abril/2015 a Novembro/2023, podendo ser prorrogado.

Movimentação dos mútuos a pagar

	Controladora	Consolidado
Saldo em 2016	(16.620)	(3.455)
Captação	(112.379)	(66.533)
Juros	(4.537)	(2.369)
Pgto. Juros	714	645
Pgto. Principal	85.811	31.228
Assunção de dívida	41.971	38.197
Incorporação	(20)	-
Saldo em 2017	(5.060)	(2.287)

32 Passivos contingentes

O Grupo Revita são parte em diversos processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração do Grupo Revita e seus assessores legais entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira e no resultado de suas operações. Em 2017, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, descritas na nota explicativa nº20, o montante correspondente a outros processos movidos contra o Grupo Revita com prognóstico estimado de perdas possíveis, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$19.198 (R\$34.610 em 2016).

Os principais processos com estimativa de perdas possíveis em 31 de dezembro de 2017 são os abaixo relacionados, os quais, na avaliação dos assessores jurídicos, são de valor envolvido inestimável, dado que são discutidos temas conceituais jurídicos, doutrinários e jurisprudenciais de natureza imensurável:

Ação Civil Pública – MP-RS x RGA – Improbidade Administrativa

Trata-se de ação civil pública promovida pelo MP-RS por supostos atos de improbidade administrativa ao oferecer vantagens aos agentes públicos para viabilizar a formalização do contrato administrativo celebrado em 06/09/2005. A RGA e a Vega, ambas figurando como Rés neste processo, apresentaram a sua defesa prévia. Ato contínuo, aguarda-se o recebimento da carta de citação. Segundo os assessores jurídicos contratados pela RGA, o prognóstico de perda é possível.

Ação Civil Pública - SL Ambiental

Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo MP/RS, com o objetivo de ver declarada a nulidade do contrato de concessão dos serviços de limpeza urbana, tratamento e destinação final de resíduos, avençado com o Município de São Leopoldo. A ação foi julgada procedente e a Companhia obteve, perante o STF, decisão monocrática, que tornou sem efeito a decisão que havia declarado nulo o contrato. Ainda pende julgamento definitivo sobre a causa. Em março/2016, foi julgado novamente o recurso de apelação interposto pela SL Ambiental, que não foi dado provimento. Dessa decisão, foram opostos embargos de declaração que foram rejeitados. Em julho/2016, a SL Ambiental interpôs o RESP, que aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, o prognóstico de perda é possível.

Ação Popular - Concorrência Pública nº 12/2009 - Comarca de Montes Claros - Revita Engenharia S.A.

Trata-se de Ação Popular na qual o autor se insurge contra o edital e a Concorrência Pública nº 12/2009, alegando a ocorrência de supostas irregularidades. A Revita já apresentou Contestação, nos autos, e o processo encontra-se em fase de instrução. Em 05/12/2017, as partes foram intimadas para especificarem provas. De acordo com os assessores jurídicos contratados da Revita, o prognóstico de perda é possível.

Ação Civil Pública - Concorrência Pública nº 12/2009 - Comarca de Montes Claros - Revita Engenharia S.A.

Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais na qual são questionados supostos atos de improbidade administrativa, que teriam hipoteticamente favorecido particulares na Concorrência nº 12/2009. Em 22/10/2014, foi deferido o pedido de liminar do MP para indisponibilizar os bens encontrados pelo RENAJUD e no CRI. Apresentamos o pedido de substituição da penhora pelo Seguro Garantia que, inicialmente, foi deferido pelo Juízo. Após análise do seguro garantia pelo MP, foi determinado que fosse apresentado novo seguro garantia para assegurar a condenação no valor da condenação atualizado até 2022. Já foi apresentado o novo seguro garantia com as condições impostas pelo Juízo. Paralelamente, em 02/09/2016 foi juntada aos autos a Defesa Prévia da Revita. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.

Ação Civil Pública – Ambiental - Comarca de Belém/PA – Estado do Pará X Revita Engenharia S.A e Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

O Estado do Pará ajuizou a ação civil pública tendo como objeto a indenização em caráter coletivo, bem como, em sede de liminar, pleiteou uma intervenção com a finalidade de estabelecer, provisoriamente, um regime de co-gestão das operações do aterro sanitário. O pedido foi deferido por meio de liminar. As empresas apresentaram Agravo de Instrumento o qual teve provimento parcial. Paralelamente, as empresas – Revita e Guamá – apresentaram a sua contestação, iniciando-se a fase de instrução processual. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.

Ação Civil Pública – Ambiental - Comarca de Belém/PA – MP-PA X Revita Engenharia S.A e Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

O MP-PA ajuizou a ação civil pública com pedido de tutela de urgência, bem como, pleiteou indenização, compensação e obrigações de fazer e não fazer diante de supostas irregularidades na operação do aterro sanitário de Marituba. As empresas-rés já apresentaram a contestação, bem como, interpuseram o recurso de Agravo de Instrumento diante do deferimento da liminar. Aguardamos o recebimento do recurso pelo Relator. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.

Ação Penal – Crime Ambiental – Suposta Supressão Vegetal – MP-PA x Guamá Tratamento de Resíduos Ltda e outros

O MP-PA apresentou a denúncia penal contra as pessoas físicas e jurídicas Guamá e Revita sob a alegação de que houve supressão vegetal fora do poligonal determinado pela licença ambiental. Estamos na fase de apresentação de respostas à acusação.

Ação Penal – Crime Ambiental – Supostos descumprimentos das condicionantes da licença – MP-PA x Guamá Tratamento de Resíduos Ltda e outros

O MP-PA apresentou a denúncia penal contra as pessoas físicas e jurídicas - Guamá, Solví, Revita e Vega Valorização de Resíduos, sob a alegação de supostos crimes ambientais ocorridos por eventual falha operacional da Guamá no ano de 2015. Estamos na fase de apresentação de respostas à acusação.

Ação Civil Pública – Nulidade de Licitação - Comarca de Rio Grande/RS – Rio Grande Ambiental Ltda.

O MP pleiteia a declaração de nulidade do contato de concessão firmado com a Rio Grande, decorrente da previsão de remuneração por usuário único e pelo período fixo de 20 anos. Em 1ª instância, os pedidos foram julgados procedentes, declarando nulo o contrato firmado por licitação. No TJRS, o recurso interposto pela Rio Grande foi desprovido. Dessa decisão, foi interposto RESP, que foi admitido após a interposição do ARESP. O recurso está concluso com o Min. Relator. Paralelamente, foi intentada a medida cautelar para suspender os efeitos da sentença. A liminar foi deferida e o RESP foi recebido no efeito suspensivo. E junto a medida cautelar, foi apresentada a reclamação constitucional ao STF para pleitear a constitucionalidade do art. 14 da Lei municipal 5877/2004, pois o TJRS não arguiu a inconstitucionalidade em seu Plenário. Essa reclamação não foi conhecida pelo STF e já ocorreu o trânsito em julgado. No mérito, foi monocraticamente negado provimento o RESP interposto pela RGA, sendo apresentado o agravo interno. Contra a Medida Cautelar, em relação à qual foi impetrado RESP julgado prejudicado, foi posteriormente interposto Agravo Interno, o qual não foi provido. O RE foi remetido ao STF e, paralelamente, foi ajuizada uma medida cautelar no STF para suspender os efeitos da sentença, que foi indeferida. Em primeira instância, em outubro/2017, o MP iniciou a execução provisória e requereu a suspensão do contrato administrativo em 90 dias. No final de dezembro/2017, foi firmado acordo entre as partes, do qual se aguarda homologação.

Ação Civil Pública – Sobrejornada – Seção Judiciária de Santa Maria/RS – Revita Engenharia S/A.

O MPT pleiteia indenização por conta de sobrejornada habitual, que segundo ele, não foram autorizadas previamente. Houve a instrução processual, com produção de provas documental e testemunhal por parte da empresa. A sentença julgou parcialmente procedente os pedidos, determinando que fossem adequados a jornada de trabalho, conforme pedido do Ministério Público do Trabalho - MPT. Aguardando julgamento do recurso ordinário. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.

33 Cobertura de seguros

O Grupo Revita adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Durante o período de concessão, compete à Concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

As apólices contratadas pelo Grupo Revita oferecem as coberturas de risco operacional, danos materiais e responsabilidade civil.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros da controladora Revita era composta por:

- Seguro Patrimonial: R\$7.654;
- Responsabilidade Civil: R\$10.100.

34 Contratos de concessão

Conforme disposto pelo ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo Grupo Revita para o cumprimento dos contratos de prestação de serviços não deverá ser registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere às concessionárias o direito de controle ou de propriedade do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O Grupo Revita têm acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Direitos sobre a infraestrutura

- **Ativo intangível**

O Grupo Revita reconhece um ativo intangível à medida que suas controladas concessionárias recebem o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

O Grupo Revita registra ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

<u>Ativo Intangível</u>	Tx Média Anual %	2017					Total
		Battre	RGA	SLA	São Carlos Ambiental	SBC	
Aterro e infra em aterros	-	37.890	4.907	-	9.881	-	52.678
Infraestrutura em transbordos	10	1.226	-	-	-	-	1.226
Destinação		63	-	-	-	-	63
Benfeitorias em bens de terceiros	9	192	1.087	-	56	-	1.335
Máquinas e equipamentos	10	818	1.411	35	340	-	2.604
Veículos e equipamentos	20	-	1.357	31	422	-	1.810
Intangível em andamento	-	1.163	872	-	2.520	2.642	7.197
		41.352	9.634	66	13.219	2.642	66.913
<u>Ativo Intangível</u>	Tx Média Anual %	2016					Total
		Battre	RGA	SLA	São Carlos Ambiental	SBC	
Aterro e infra em aterros	-	42.689	4.825	-	10.475	-	57.989
Infraestrutura em transbordos	10	1.510	-	-	-	-	1.510
Destinação		68	-	-	-	-	68
Benfeitorias em bens de terceiros	9	261	1.227	-	64	-	1.552
Máquinas e equipamentos	10	1.153	1.678	48	301	-	3.180
Veículos e equipamentos	20	3	2.145	47	-	-	2.195
Intangível em andamento	-	8.711	1.131	-	872	2.489	13.203
		54.395	11.006	95	11.712	2.489	79.697

Resumo dos principais contratos de concessão:

Controladas - principais contratos de concessão	Sumário dos serviços sob concessão	Período da concessão	Receita bruta anual (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação	Outras condições relevantes	Aditivos ao contrato original
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	Serviços urbanos de limpeza para o setor noroeste da cidade de São Paulo/SP	20 anos a partir de outubro de 2004	528.200	Anualmente com base em fórmula paramétrica composta de diversos índices	Terrenos, estruturas e construções são reversíveis. Demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual	Reforma do transbordo Ponte Pequena; Construção de novo transbordo; implantação de aterro; construção de usina de compostagem e de centrais de triagem e renovação de frota de veículos a cada 5 anos	Pode ser renovado por igual período ou período menor a depender do Poder Concedente	A cada 5 anos o contrato prevê revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	Aditivo realizado em 29 de outubro de 2007 para revisão da tarifa e das e postergação dos investimentos. Em 26 de dezembro foi assinado o TCA, promovendo parcialmente o reequilíbrio do contrato.
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos S.A.	Operação e manutenção de aterro, estação de transbordo e tratamento de resíduos sólidos de saúde coletados na cidade de Salvador/ BA.	20 anos a partir de janeiro/2000 (aterro) e agosto/2000 (estação de transbordo)	84.897	Anualmente, com base em fórmulas paramétricas compostas de diversos índices.	100% dos itens necessários para execução do contrato	Expansão do aterro sanitário (abertura de novas células) e renovação da frota de veículos a cada 5 anos	O contrato será estendido até a capacidade do aterro esgotar	O início do tratamento de resíduos hospitalares ainda não foi autorizado pelo Poder Concedente	Houve aditivo entre as partes para cessão de direito de uso do biogás gerado no aterro por parte da contratante.
SBC- Valorização de Resíduos S.A	Manejo e Gestão de resíduos sólidos no município de São Bernardo do Campo.	30 anos a partir de Junho de 2012.	128.934	Repactuação anual, ultrapassando os 12 meses para a apresentação da proposta fica definido o IPCA	100% dos itens necessários para execução do contrato.	Execução de todos os serviços de limpeza e gestão, bem como a implantação e operação do SPAR-URE-SBC	Podendo ser prorrogado por mais 5anos.	O Município descreve em inventário 4 imóveis como instrumentos garantidores do contrato.	Em 31/05/2016 foi acordado a redução na contraprestação, bem como supressão dos serviços e suspensão dos investimentos retroativos a 01/11/2016, conforme primeiro aditivo do contrato de concessão.

35 Demonstração dos fluxos de caixa

a. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa 11.

b. Informações suplementares

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado 2017
Transações que não envolveram caixa:		
Adições ao imobilizado que não afetaram caixa		1.212
Aumento de capital com mútuo, dividendos e contas a pagar	24 a.	61.804
Efeitos da incorporação de controlada Piauí:		
	14.2	
Estoque		1
Seguros a apropriar		4
Imobilizado		10.300
Empréstimos e financiamentos		7.691
Fornecedores		100
Partes relacionadas		1.266
Obrigações fiscais e trabalhistas		95
Patrimônio líquido		1.169
